



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

**O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (PNLD) E O MERCADO
BRASILEIRO DE LIVROS DIDÁTICOS**

Juliana Ferreira Pitanga

Rio de Janeiro/ RJ
2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

**O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (PNLD) E O MERCADO
BRASILEIRO DE LIVROS DIDÁTICOS**

Juliana Ferreira Pitanga

Monografia de graduação apresentada à Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social, Habilitação em Produção Editorial.

Orientador: Prof. Mário Feijó Borges Monteiro

Rio de Janeiro/ RJ
2010

**O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (PNLD) E O MERCADO
BRASILEIRO DE LIVROS DIDÁTICOS**

Juliana Ferreira Pitanga

Trabalho apresentado à Coordenação de Projetos Experimentais da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social, Habilitação Produção Editorial.

Aprovado por

Prof. Dr. Mário Feijó Borges Monteiro

Prof. Dr^a Cristiane Costa

Prof. Dr. André Villas-Boas

Aprovada em: 17/12/2010

Grau:

Rio de Janeiro/ RJ
2010

PITANGA, Juliana Ferreira

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e o mercado brasileiro de livros didáticos/ Juliana Ferreira Pitanga – Rio de Janeiro; UFRJ/ECO, 2010.

48f.

Monografia (graduação em Comunicação Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, 2010.

Orientação: Mário Feijó Borges Monteiro

1. PNLD. 2. Políticas Públicas. 3. Mercado editorial. I. FEIJÓ, Mário (orientador) II. ECO/UFRJ III. Produção Editorial IV. Título

À meus pais, pelas palavras amigas
nas horas incertas.

AGRADECIMENTO

Aos meus pais que sempre me incentivaram em todos os momentos. Pela dedicação incondicional mesmo quando eu não tinha certeza dos meus próximos passos. Por todos os conselhos e atitudes que contribuíram com a minha formação. Obrigada pelas palavras e gestos que me confortaram nas horas mais difíceis.

Gostaria de agradecer também ao meu orientador, Mário Feijó, pela paciência e pela atenção. Aos professores Cristiane Costa e André Villas-Boas que se disponibilizaram e aceitaram meu convite para ler e analisar este trabalho.

Ao meu namorado, Angel Mello, por todo amor e por sempre saber o que dizer para que eu nunca desanimasse. À minha amiga Ana Luiza Pimenta, por me apoiar durante este percurso, pelo ombro amigo, pelas conversas longas pelo telefone, pelo seu carinho. A todos os meus amigos da Escola de Comunicação, sem eles a ECO não seria a mesma, em especial à minha amiga Luana Luz que revisou este trabalho.

Muito obrigada a todos!

São os livros os mestres mudos que ensinam sem fastio, falam a verdade sem respeito, repreendem sem pejo, amigos verdadeiros, conselheiros singelos; e assim como à força de tratar com pessoas honestas e virtuosas se adquirem, insensivelmente, os seus hábitos e costumes, também à força de ler os livros se aprende a doutrina que eles ensinam.

Padre Antônio Vieira

jesuíta e escritor português (1608-1697)

PITANGA, Juliana Ferreira. **O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e o mercado de livros didáticos**. Orientador: Mário Feijó Borges Monteiro. Rio de Janeiro, 2010. Monografia (Graduação Produção Editorial) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é estudar o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e seu impacto no mercado editorial nacional. Para muitos brasileiros o primeiro contato com o objeto livro é feito na escola. Segundo a pesquisa *Retratos da leitura*, publicada pelo Instituto Pró-Livro em 2008, dos 95,6 milhões de brasileiros que se encaixam no perfil de leitores, 47,4 milhões (50%) são estudantes que leem livros indicados pelas escolas, dentre estes os livros didáticos. Por meio do PNLD, o governo federal adquire milhões de exemplares todos os anos, tornando-se o maior comprador de livros no Brasil, fato que atrai muitas editoras, pois se trata de vendas garantidas com altas tiragens. Por ser um mercado certo e regular, as grandes editoras investem pesado em tecnologia, não só para entregar em tempo hábil os livros selecionados pelo MEC, como também na interatividade com os professores (criação de sites, fóruns e atendimentos exclusivos). A concentração do setor é um desafio, já que apenas as grandes editoras têm condições de batalhar para conquistar uma fatia cada vez maior do mercado. No cenário atual é evidente o desdobramento das editoras para cativar os docentes da rede pública de ensino – membros essenciais na escolha dos livros no PNLD – com diversas ações, entre elas a atualização dos professores, papel que na teoria cabe ao Estado.

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	1
2. O OBJETO LIVRO DIDÁTICO.....	4
2.1 INFÂNCIA E O INÍCIO DA ESCOLARIZAÇÃO	6
2.2 INÍCIO DAS PUBLICAÇÕES DIDÁTICAS NO BRASIL.....	9
2.3 MONTEIRO LOBATO.....	11
2.4 POLÍTICAS VOLTADAS PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA A PARTIR DE 1930.....	12
3. O SURGIMENTO DO PNLD.....	14
3.1 O PNLD E O GOVERNO FHC.....	18
3.2 A ORGANIZAÇÃO DO PNLD.....	21
3.3 O FUNCIONAMENTO DO PNLD.....	22
3.4 O FNDE E OUTROS PLANOS VOLTADOS PARA EDUCAÇÃO.....	24
4. AS GRANDES EDITORAS.....	27
4.1 GRUPO IBEP/CIA.EDITORIA NACIONAL.....	29
4.2 GRUPO SARAIVA.....	31
4.3 GRUPO ABRIL (EDITORAS ÁTICA E SCIPIONE).....	32
4.4 GRUPO POSITIVO.....	34
4.5 GRUPO SANTILLANA.....	36
4.6 FTD.....	37
5. A ESCOLHA DOS LIVROS E A ENTRADA DOS SISTEMAS DE ENSINO...39	
5.1 AS ESTRATÉGIAS DAS GRANDES EDITORAS.....	42
5.2 OS SISTEMAS DE ENSINO E A REDE PÚBLICA.....	44
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS	
ANEXOS	

1 INTRODUÇÃO

O Brasil não é um país lembrado por ter um grande número de leitores. Várias pesquisas já constataram que o hábito de leitura do brasileiro fica abaixo dos índices registrados em muitos países em desenvolvimento. Para a maioria das crianças, o primeiro contato com o objeto livro se dá por meio do livro didático. É por meio dele que a criança tem o acesso às primeiras palavras e aos números e se descobre como indivíduo.

O hábito da leitura é uma questão muito complexa. Estudar o comportamento dos leitores sempre foi considerado um tema incerto. Com a pesquisa *Retratos da leitura* (AMORIM, 2001) realizada pelo Instituto Pró-Livro foi possível analisar esse panorama com mais cuidado. Trata-se de uma pesquisa de opinião quantitativa, baseada num questionário com 60 perguntas que analisam o comportamento do leitor brasileiro.

Em sua última edição, em 2007, a pesquisa avaliou dois perfis sociais: o leitor, pessoa que leu pelo menos um livro nos últimos 3 meses, e o não leitor, que declarou não ter lido nenhum livro nos últimos 3 meses. Para 26% dos entrevistados a leitura significa conhecimento. É inevitável associar o valor simbólico do livro didático nessa conjuntura, que seria uma fonte mista de aprendizagem e valores que servem de base para que professores exerçam sua função com maior eficiência e destreza.

Dos 95,6 milhões de brasileiros que se encaixam no perfil de leitores, 47,4 milhões (50%) são estudantes que leem livros indicados pelas escolas, dentre estes os livros didáticos. Desse modo, pode-se afirmar que grande parte da população leitora se dedica a essa atividade para cumprir apenas uma exigência curricular. Em termos de gêneros mais lidos pelos leitores, os livros didáticos alcançam um imponente segundo lugar, com 34%, só perdem para a Bíblia com 45%.

No Brasil há três programas de compras de livros didáticos pelo governo: o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), o Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM) e o mais atual, o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA), todos são executados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), “uma autarquia do Ministério da Educação

que tem como missão prover recursos e executar ações para o desenvolvimento da educação, visando garantir ensino de qualidade a todos os brasileiros” (FNDE¹).

As negociações que envolvem a compra do livro didático pelo governo têm um enorme impacto no mercado editorial, pois trata-se de uma venda com muitas vantagens para as editoras. No momento atual, no qual as negociações se tornam cada vez mais instáveis, seja com o uso do sistema de consignação no qual os livros saem da editora para as livrarias sem a garantia de venda, seja na eventual avaria dos livros neste sistema, o fato é que uma grande venda com garantia de compra de todo o seu estoque traz a estabilidade que estava faltando na economia das editoras.

O governo é o maior comprador de livros no Brasil e os distribui para todo o território nacional, isso poderia ser um fator para que as editoras fossem escolhidas de forma mais democrática. Porém, o que se vê no cenário atual não chega nem perto de uma imagem igualitária. As compras estão concentradas em cinco grandes editoras: FTD, Moderna, Ática/Scipione, Saraiva e Positivo. Analisando os títulos negociados com o governo no site do FNDE, nota-se que mais da metade pertence a essas editoras, o que afeta profundamente a dinâmica do mercado de livros didáticos.

Longe de tentar esgotar o tema que envolve o mercado dos livros didáticos, espera-se mostrar um panorama do cenário atual no qual o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) afeta drasticamente o mercado editorial. No segundo capítulo é apresentada a história do livro didático e seu surgimento, como também o aparecimento do conceito de infância. Afinal, o novo lugar que a criança ocupou na sociedade trouxe a necessidade de um ambiente propício para seu desenvolvimento intelectual: a escola.

Já no terceiro capítulo, o PNLD é apresentado, quais os programas que o antecederam, seu surgimento em 1985 e seu crescimento no governo de Fernando Henrique Cardoso. Além de detalhar sua organização e funcionamento, são apontados os outros programas governamentais que também distribuem livros para as escolas. No quarto capítulo, as grandes editoras são apresentadas, os grandes números negociados revelam a grandiosidade do programa (ver também anexos).

Já no quinto capítulo é mostrado como é feita a escolha dos livros no PNLD e quais são as estratégias das editoras utilizadas para destacar-se no mercado cada vez mais concorrido dos didáticos. Uma delas é o aparecimento de *sistemas de ensino* (apostilas de conteúdo que têm origem nos cursos pré-vestibular).

¹ Site do FNDE. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/inst-missao-e-objetivos>> Acesso em: 20/10/210

O processo da escolha dos livros é muito criterioso. O edital proposto pelo MEC assinala diversos pontos e especificações que muitas vezes apenas as grandes editoras têm capacidade logística e financeira de atender. Os programas de livros didáticos do governo são um grande avanço para o aumento dos índices de desenvolvimento da educação, por isso cabe analisar toda a estrutura que envolve esses programas: o histórico, as leis, as principais editoras envolvidas no processo e como tudo isso influencia o mercado editorial.

2 O OBJETO LIVRO DIDÁTICO

O livro em si sempre foi objeto de estudo de grandes pesquisadores, no entanto, sua análise se voltava basicamente para o seu conteúdo, deixando de lado o pensamento sobre sua concepção e sobre cada etapa necessária para que o objeto livro ganhe forma. Além disso, em princípio não foi dada a devida importância ao papel do livro didático ao longo da história. De acordo com o pesquisador francês Alain Choppin em seu artigo *História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte*, somente há uns trinta anos os pesquisadores vêm mostrando interesse em estudar e quantificar esse material em vários países. É inegável o valor dessas pesquisas ainda mais no mercado editorial atual, no qual o livro didático tem papel essencial no faturamento das empresas envolvidas com as compras feitas pelo governo e pelas instituições de ensino. Por isso, devemos aprofundar o conceito de livro didático considerando suas definições, os empecilhos para sua pesquisa (considerando-se as dificuldades de reunir e comparar números de vendas) e suas funções primordiais.

Definir livro didático é uma tarefa nada fácil, já que ele apresenta uma grande diversidade no vocabulário e no uso em cada idioma. Para a pesquisadora Circe Bittencourt o conceito livro didático pode assumir diversas interpretações dependendo das condições do ambiente e do momento em que o livro didático é pesquisado e utilizado no ambiente escolar:

O livro didático é pesquisado enquanto produto cultural; como mercadoria ligada ao mundo editorial e dentro da lógica de mercado capitalista; como suporte de conhecimentos e de métodos de ensino das diversas disciplinas e matérias escolares; e, ainda, como veículo de valores, ideológicos ou culturais. (BITTENCOURT, 2004: 2)

Por ser um objeto multifacetado, o livro didático serve de fonte para análise em campos diversos, por isso sua definição é de uma complexidade ímpar.

Choppin apresenta algumas das dificuldades por trás do estudo dos livros didáticos, como, por exemplo, o fato de as pesquisas se aterem muitas vezes apenas a uma única função do livro, sendo, desse modo, incompletas e insuficientes do ponto de vista científico. Primeiramente, Choppin levanta duas questões muito pertinentes: a definição do objeto “livro didático” que em muitas línguas pode ser denominado de várias maneiras, e a dificuldade de obter trabalhos acadêmicos sobre esse tema – e as

obras encontradas não são abrangentes e englobam somente determinados períodos históricos.

Os empecilhos não param por aí. Além disso, há o fato de as produções científicas serem muito recentes: “Constatamos, então que mais de três quartos da produção científica têm menos de vinte anos e 45% têm menos de dez” (CHOPPIN, 2004: 550); como também a barreira da língua, fazendo com que muito da pesquisa seja perdido em traduções e, assim, o conhecimento dos trabalhos publicados no exterior sobre a história do livro didático é muitas vezes incerto e parcial. De fato, é real a escassez de trabalhos acadêmicos nesta área, pode-se até dizer, sobre a história da produção editorial como um todo; no entanto, as pesquisas mais recentes já mostram um novo panorama surgindo.

Um dos motivos para a atenção maior dedicada ao estudo do livro didático atualmente seria o importante papel que o setor escolar desempenha na economia editorial, na qual chega à impressionante fatia de mais de 60% da produção de livros nacionais (CHOPPIN, 2004: 551). É notável o interesse que os historiadores têm demonstrado por essa área, especialmente após a década de 1960 e nos últimos vinte anos.

As pesquisas recentes sobre os livros didáticos têm se mostrado mais abrangentes devido à convergência de diversos fatores como, por exemplo: o crescente interesse pela história dos livros e sua relação com as questões educacionais; o empenho de diversas populações em criar ou recuperar suas identidades culturais; as dúvidas em relação ao futuro do livro impresso, etc.

Por ser um objeto tão comum e familiar, o livro didático gera dúvidas sobre sua definição. Como afirma Choppin:

A natureza da literatura escolar é complexa porque ela se situa no cruzamento de três gêneros que participam, cada um em seu próprio meio, do processo educativo: de início a literatura escolar [...] em seguida a literatura didática [...] enfim a literatura “de lazer”. (CHOPPIN, 2004: 552)

Os livros escolares possuem, em conjunto ou não, múltiplas funções. Choppin aponta como as principais: Função Referencial, sendo um suporte para conteúdos educativos, um armazém de conhecimentos, técnicas e habilidades de um grupo social; Função Instrumental, na medida em que facilita os métodos de aprendizagem; Função Ideológica e Cultural, é a função mais antiga, surgiu a partir do século XIX com a

constituição dos Estados nacionais e com o desenvolvimento dos principais sistemas educativos, o livro é visto como um instrumento de construção de identidade, assume assim importante papel político; Função Documental, como conjunto de documentos que podem desenvolver o espírito crítico do aluno.

Choppin aponta duas grandes categorias de pesquisas: as que concebem o livro como somente um documento histórico, analisando assim o seu conteúdo; e as que veem o livro apenas como objeto físico, como um produto. Na primeira, não é contada a história do livro em si, mas sim a história de um tema abordado por este livro. Já na segunda, o historiador pensa no livro, na sua concepção, produção e distribuição. Penso que neste caso, analisar somente o conteúdo é fadar a pesquisa à superficialidade. Enquanto pensar na concepção do livro é muito mais rico na medida em que nos leva a questionar os estágios de desenvolvimento de cada livro e por que cada um foi pensado e produzido de determinada maneira.

A partir dos anos 1970, houve uma mudança na análise do conteúdo dos manuais escolares, pois surgiram questões didáticas e epistemológicas como quais eram os discursos que os manuais sustentavam sobre uma disciplina e quais doutrinas lingüísticas estes livros representavam. Nos anos 1980, com o desenvolvimento da semiótica, o livro deixou de ser visto apenas como um texto com figuras, para ser analisado por sua articulação semântica que liga texto e imagem. Já nos anos 1990, a função instrumental foi evidenciada, os pesquisadores se focaram nas intenções ideológicas e pedagógicas dos materiais didáticos.

O estudo do livro didático vem se transformando, levando em consideração não só seu vetor ideológico e cultural, mas também seu valor pedagógico, e as pesquisas estão se desenvolvendo na tentativa de esclarecer este complexo suporte que reflete muito da nossa sociedade.

2.1 INFÂNCIA E O INÍCIO DA ESCOLARIZAÇÃO

O conceito de infância nem sempre foi tão claro quanto se pensa. Somente após o surgimento desta concepção é que se pode de fato pensar em categorizar algo direcionado especialmente para as crianças (como os livros, por exemplo). O estudo do pesquisador francês Philippe Ariès é um marco na história da educação e da pedagogia, e em todas as áreas do saber que estudam ou tem a infância como foco. Por isso, seu

livro *História social da criança e da família* é fundamental para se compreender as concepções de infância na história da humanidade.

No final da Idade Média, as pessoas viviam em feudos, um sistema baseado nas relações entre homens: sua organização econômica e social era simples, havia uma massa camponesa – vassalos que exploravam a terra e dela tiravam seu sustento – e os senhores feudais, proprietários de terras distribuídas por um rei que exercia poder sobre os demais. Existia, portanto, o predomínio da dependência (dos vassalos em relação ao senhor feudal, e dos senhores feudais em relação ao rei). O indivíduo era moldado pela sociedade, que era limitada e familiar, todos se reconheciam e se vigiavam.

Ariès chama esta sociedade da Idade Média de “sociedade tradicional”, na qual o sentimento de infância simplesmente não existia. O curto período que englobava a infância seria somente aquele em que os indivíduos são incapacitados de expressar-se e muito menos de cooperar com os trabalhos. A partir do momento em que adquiria um mínimo de habilidade, a criança passava a conviver com os adultos, sendo vista então como força trabalhadora. De pequena criança ela passa a ser vista como homem jovem sem passar pelas etapas da juventude.

A socialização da criança, a transmissão de valores e dos conhecimentos, não era, portanto, garantida nem controlada pelas famílias. Os temas do universo adulto (morte, sexualidade, sobrevivência, etc.) eram compartilhados por todos independente da faixa etária. Na realidade, a criança desempenhava o papel de um adulto com algumas incapacidades, mas que já era mão de obra essencial na família e na sociedade em que vivia. A educação era algo natural, visto que a criança rapidamente passava a conviver entre os adultos:

A criança se afastava logo de seus pais, e pode-se dizer que durante séculos a educação foi garantida pela aprendizagem, graças à convivência da criança ou do jovem com os adultos. A criança aprendia as coisas que devia saber ajudando os adultos a fazê-las. (ARIÈS, 1978: ix)

A partir do fim do século XVII, Ariès mostra que a aprendizagem pela convivência foi sendo gradualmente substituída pela escola como meio de educação, momento que coincide com o surgimento dos Estados Absolutistas. A principal característica desse regime era a centralização do poder nas mãos do rei, como consequência o sistema dos feudos perdeu força e sua aristocracia entrou em decadência.

O Estado Absolutista interviu na sociedade de uma maneira jamais pensada na época feudal, como, por exemplo, formando um exército que garantia a segurança do Estado, organizando a burocracia administrativa e o sistema de impostos, como também regulamentando uma diplomacia para o relacionamento entre Estados, e principalmente, controlando o comércio por meio de práticas mercantilistas.

Neste sistema, o núcleo familiar foi uma das bases para justificar o processo de abolição do sistema feudal, com isso começou a ser vista neste cenário a aliança entre o novo poder e a camada burguesa. A família passou então a ser vista como instituição que deveria ser preservada e seguida como modelo.

A estrutura da família burguesa propunha a preservação e a valorização dos filhos, as crianças eram separadas em faixas etárias e pouco conviviam com o universo adulto. Por causa disso a criança passou a ficar mais isolada, era necessário criar um ambiente para a socialização dessas crianças: este lugar era a escola. Esta passou a substituir a comunidade em seu papel socializante, fazendo a ligação da criança com o mundo. É nela que a criança se prepara para o universo adulto, aprende as normas e os valores da classe dominante. A educação que antes acontecia pela aprendizagem junto aos adultos no dia a dia passa a ser transmitida na escola, os laços familiares são estreitados, os filhos permanecem convivendo com os pais. A casa passa a ser vista como refúgio íntimo da família.

A formação e organização das primeiras escolas encarregadas de garantir a formação da juventude tiveram seu início juntamente com a leitura escolar. Os objetivos e métodos utilizados nessas instituições visavam semear as ideias embrionárias de nacionalidade. Mas somente a partir do século XIX os Estados nacionais já constituídos reivindicaram um papel de destaque na formação dos jovens, como afirma Choppin:

O livro didático não é um simples espelho: ele modifica a realidade para educar as novas gerações, fornecendo uma imagem deformada, esquematizada, modelada... (CHOPPIN, 2004: 557)

Portanto, é nesse período que a infância passa a ser marcada por uma longa duração, juntamente é reconhecida a importância da instituição escolar na socialização e transmissão de valores. A criança exerce agora um novo papel na sociedade.

2.2 INÍCIO DAS PUBLICAÇÕES DIDÁTICAS NO BRASIL

A criança passou a ter seu espaço na sociedade europeia a partir do século XVI, enquanto isso, no Brasil a literatura infantil surgiu praticamente no século XX. Até o final do século XIX, a literatura especializada para crianças e jovens era importada e cara, não havia interesse inicial em publicar material nacional.

Com a chegada da família real portuguesa em 1808 e a implantação da Imprensa Régia é iniciado um processo de impressão de livros até então proibido pelas leis da metrópole. No Brasil Colônia as escolas eram escassas e o material utilizado na alfabetização não era em geral impresso, e, como na maioria dos casos o primeiro contato com as letras ficava a cargo de padres, era de se esperar que estes utilizassem a Bíblia como único impresso auxiliar deste processo.

A Imprensa Régia publicou várias obras didáticas como a *Arte de gramática da língua portuguesa*, de Antônio José dos Reis Lobato e *Leituras para meninos*, de José Saturnino da Costa Pereira, lançado em 1818 e muito reeditado até 1824 – este pode ser considerado o primeiro livro brasileiro de literatura infantil (LAJOLO; ZILBERMAN, 1996:126-127). Com a impressão de livros a pleno vapor, passaram a ser questionadas a nacionalidade dos autores e o nacionalismo dos textos. Era preciso adequar o conteúdo para a realidade brasileira e mostrar que era possível produzir material intelectual nacional.

No final do século XIX, o Brasil, em especial a capital federal, Rio de Janeiro, vivia um estado de encantamento e predileção pelos hábitos franceses, Paris era sinônimo de desenvolvimento e modernidade. Na capital havia somente duas livrarias (que funcionavam de fato como duas casas publicadoras (FEIJÓ, 2006): a Garnier, dos irmãos Baptiste e Hippolyte Garnier, e a Laemmert, dos irmãos Eduard e Heinrich Laemmert. A Garnier era reconhecida por disponibilizar grandes clássicos franceses, bem ao gosto da época, para uma elite culta e consumista (FEIJÓ, 2006). Apesar de investir em literatura brasileira, publicando autores como Machado de Assis, José de Alencar e Olavo Bilac, o custo dos livros, que eram todos impressos na Europa, ainda era maior do que simplesmente importar o livro pronto.

Na sociedade, o sentimento de independência era muito forte. O livro didático era visto como símbolo ideológico, instrumento de construção da identidade, por isso precisava este romper também os laços com Portugal, como afirmam Marisa Lajolo e Regina Zilberman:

O abasileiramento dos livros didáticos só se torna realidade no fim do século XIX, concomitantemente à nacionalização do livro para crianças [...] Além de reivindicação ideológica de um país cioso de sua independência, o antilusitanismo figura também como item importante da agenda dos escritores nacionais na luta pelo mercado brasileiro, no qual, aparentemente imperava material escolar português. (LAJOLO; ZILBERMAN, 1996: 184)

A questão primordial para se investir em livros didáticos nesta época era econômica: os livros escolares davam lucro, muito mais do que os de literatura. Francisco Alves, imigrante português que se estabeleceu no Rio de Janeiro em 1882, conseguiu enxergar que o mercado de livros didáticos era um bom negócio. Estes livros possuíam venda segura e permanente, além de possuir vantagem sobre os produtos estrangeiros, pois o material nacional poderia adaptar-se às condições locais.

Francisco Alves foi um dos responsáveis pela revolução na educação brasileira que “começou mais ou menos no último ano do Império, quando os políticos finalmente tomaram consciência do atraso da nação...” (HALLEWELL, 2005; 281). Com a chegada da República em 1889, o sistema de ensino foi reformulado, um modelo baseado na escola pública dos Estados Unidos foi adotado pelo governo. Com as melhorias nos métodos escolares, o número de crianças nas escolas cresceu, e conseqüentemente a demanda por livros didáticos aumentou consideravelmente.

Em 1910, Olavo Bilac e Manoel Bomfim publicaram o livro *Através do Brasil* pela Editora Francisco Alves, trata-se de uma obra escolar simples e barata, mas que atendia aos apelos nacionalistas vigentes. A obra conta a história de dois irmãos que cruzaram o país em busca de seus parentes, evidenciando a busca pela integração e a imensidão da pátria. O livro foi um fenômeno editorial e sem dúvida contribuiu ainda mais para o desenvolvimento de novos projetos editoriais nacionais destinados às crianças. Apesar do avanço em relação ao conteúdo dos livros, toda a produção ainda era impressa no exterior. No entanto, esse cenário estava preste a mudar.

2.3 MONTEIRO LOBATO

Monteiro Lobato nasceu em 18 de abril de 1882, formou-se bacharel em Direito e tornou-se promotor público em sua cidade natal, Taubaté (São Paulo). Com o declínio da atividade cafeeira na região, Lobato precisou se mudar para Buquira (região do vale do Rio Paraíba) para tomar conta da fazenda da família. O café estava fadado ao fracasso, era necessário mudar de negócios. Em 1917, vendeu sua fazenda, e parte do

dinheiro foi utilizado para publicar suas obras: *Saci-pererê: resultado de um inquérito* e uma coletânea com doze contos, o *Urupês*.

As vendas foram impressionantes, até 1923, tinham sido feitas nove impressões totalizando trinta mil exemplares (HALLEWELL, 2005: 316). O sucesso surpreendeu o próprio autor, envolvendo-o ainda mais com a atividade editorial. Lobato era sem dúvida um empreendedor. Ao analisar o mercado, pôde constatar o quanto este era mal organizado e falho, em especial devido à falta de pontos de venda. Com o desenvolvimento das indústrias no Brasil devido à substituição de importações no período da Primeira Guerra Mundial, ficou evidente que o parque gráfico brasileiro era insuficiente e inadequado para os livros, muitos destes eram direcionados apenas para a impressão de jornais e revistas. É neste cenário que Monteiro Lobato despontou, como afirma Mário Feijó:

O escritor Monteiro Lobato logo se revelou um dos editores mais ousados que o país já teve. A cidade de São Paulo vivia um momento favorável e Lobato aproveitou para montar a primeira empresa com equipamentos adequados à produção de livros. [...] Lobato se propôs ganhar dinheiro escrevendo e publicando livros, investindo em autores novos, profissionalizando ao máximo as etapas envolvidas na produção de um livro; da ideia original ao exemplar impresso. (FEIJÓ, 2006)

Em 1920, Lobato se lançou no mundo infantil com o livro *A menina do nariz arrebitado*, com a impressionante tiragem de 50.500 exemplares (FEIJÓ, 2006). A estratégia de divulgação do livro foi inovadora, com anúncios em jornais e revistas, melhoria na distribuição e acesso à obra e distribuição gratuita de exemplares para as escolas. Em menos de um ano a edição estava esgotada. Lobato continuou investindo no ramo e possuindo várias empresas, como a Monteiro Lobato & Cia, a Companhia Editora Nacional e a Brasiliense.

A Companhia Editora Nacional foi a empresa de Lobato que mais se destacou no setor de livros didáticos: Cassiano (apud HALLEWELL: 157) afirma que em 1940 essa editora dominava o setor de livros didáticos. Após perder muito capital na quebra da Bolsa de Valores de Nova York, Lobato vendeu sua parte para o sócio Octalles Marcondes e este continuou investindo na empresa. A Cia. Editora Nacional era bastante avançada para a época, ela “estruturou suas publicações na forma de coleções, que funcionavam, naquele tempo, como os selos editoriais usados atualmente” (FEIJÓ, 2006). Ela possuía linhas editoriais voltadas para certos públicos especiais como, por exemplo, a coleção “Biblioteca das Moças” destinada às jovens mulheres.

Sem dúvida, Monteiro Lobato deu um salto qualitativo na produção de livros voltados para o público infantil. Seja na literatura infantil ou na escolar, Lobato contribuiu para despertar pequenos leitores para o prazer da leitura. Por isso e por toda sua ousadia no mercado editorial, ele é sempre lembrado como ícone e maior responsável pelo progresso do negócio do livro para crianças no Brasil

2.4 POLÍTICAS VOLTADAS PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA A PARTIR DE 1930

Nos anos 1930, com o governo de Getúlio Vargas, começou a tomar corpo uma revolução no sistema de ensino brasileiro. Foi criado o Ministério da Educação e Saúde e foram regulamentados os ensinos primário e secundário. A expansão do setor escolar se explica em parte pelo momento desenvolvimentista pelo qual passava o Brasil, com rápida industrialização e urbanização das cidades. Todo esse progresso acabou beneficiando a indústria do livro.

Um dos fatores que favoreceram o livro didático nacional foram as taxas de câmbio desfavoráveis à importação, os produtos nacionais ficaram mais competitivos no mercado, e pela primeira vez o livro produzido no Brasil podia custar mais barato do que o trazido do exterior (FEIJÓ, 2006).

Nas décadas de 1930 e 1940, a rede escolar foi ampliada e o livro didático foi cada vez mais tomado por valores nacionalistas. A visão do livro didático como instrumento ideológico fez com que o governo criasse em 1937 o Instituto Nacional do Livro (INL), órgão que estimulava, mas ao mesmo tempo censurava, a produção de livros. Na década de 1950, o mercado do livro não surpreendeu, outros meios de comunicação ganhavam mais destaque nesta época, como televisão, rádio e cinema.

Na década de 1960, o mercado dos livros didáticos foi impulsionado com a criação em 1961 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que ampliou a rede pública de ensino, gerando um aumento significativo no número de alunos nas escolas. O objetivo era alcançar o maior número de alunos possível:

“a estratégia era massificar o ensino público. Para a indústria do livro, os resultados foram considerados positivos, pelo rápido e expressivo aumento do número de consumidores. A demanda por livros didáticos e paradidáticos cresceu numa escala inédita no país.” (PINTO *apud* FEIJÓ, 2008)

Outro projeto de destaque na educação brasileira foi o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) que teve início em 1967 e propunha a alfabetização de jovens e adultos. O projeto foi muito criticado, muitos acreditavam que o projeto promovia a leitura e a escrita de uma forma mecânica, sem ter uma preocupação maior com a formação do indivíduo.

Em 1968, surgiu a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil – FNLIJ, órgão que seleciona e divulga a produção nacional; sua missão é “divulgar a produção brasileira de livros de qualidade para crianças e jovens e, em particular, os livros de literatura e informativos” (FNLIJ)². A literatura infantil também foi incentivada com o programa “Ciranda de Livros”, que entre 1982 e 1985 distribuiu uma variedade de títulos de literatura para escolas públicas de todo o país.

É possível então perceber que muitos foram os programas que influenciaram a produção de livros infanto-juvenis. No entanto, a partir de 1985 surgiu um novo programa muito mais ambicioso e abrangente, com o objetivo de comprar e distribuir livros de forma gratuita para a maior parte dos alunos da educação básica no Brasil: o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

² Disponível em <http://www.fnlij.org.br/principal.asp?cod_mat=2&cod_menu=101> Acesso em: 28/10/2010.

3 O SURGIMENTO DO PNLD

A relação entre o Governo e o livro didático foi estreitada a partir de 1937 com o Estado Novo, quando foi criado, por meio do Ministério da Educação, o Instituto Nacional do Livro (INL) pelo Decreto-lei nº 93, de 21/12/1937. No ano seguinte, foi criada a Comissão Nacional do Livro (CNLD) por meio do Decreto-lei nº 1.006, de 30/12/1938, que era “formada por quinze membros do governo nomeados pelo Presidente da República, escolhidos dentre as pessoas de notório preparo pedagógico e reconhecido valor moral” (CASSIANO, 2007:19). Não havia como comprovar estas qualidades nos possíveis escolhidos para o cargo. Para Halewell (2005) o real motivo da formação desta comissão seria controlar o conteúdo vinculado nos livros, entretanto, o motivo declarado foi combater equívocos e impropriedades nos livros didáticos.

Não se pode negar o caráter ideológico do livro didático. Segundo Cassiano, os livros didáticos são instrumentos de poder, pois são destinados a jovens, e estes ainda podem ser manipulados e não possuem pleno senso crítico. A eficiência dessa manipulação também se deve ao fato de a disseminação de ideias ser lenta e gradual. Choppin expressa o poder de manipulação daqueles que concebem o livro:

A imagem da sociedade apresentada pelos livros didáticos corresponde a uma reconstrução que obedece a motivações diversas, segundo época e local, e possui característica comum apresentar a sociedade mais do modo como aqueles que conceberam o livro didático gostariam que ela fosse, do que como ela é realmente. (CHOPPIN, 2004: 557)

Com isso se pode criar um paralelo com a realidade brasileira. No período entre 1938 e 1985, expressivamente na Era Vargas e também na Ditadura Militar, os livros didáticos sofreram muitas intervenções, alterando desta forma a percepção dos alunos em relação ao que de fato ocorria na sociedade.

Em 1985, em meio à redemocratização do país, surgiu o Programa Nacional do Livro Didático por meio do Decreto-lei nº 91.542, de 19/08/1985. O projeto foi concebido e executado inicialmente pela Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), propondo ideias inovadoras nos quesitos de compra centralizada e distribuição gratuita de livros didáticos para alunos do antigo 1º grau (1ª a 8ª série).

A elaboração de um novo programa de distribuição de livros, segundo Cassiano, foi uma estratégia política que estava ligada diretamente à vontade do novo governo de

desconectar-se do governo anterior, para que sua imagem política não fosse associada a uma ditadura.

Para compreender a implementação do PNLD, Cassiano analisa dois documentos que de fato assinalam as grandes mudanças ocorridas em relação aos programas anteriores. Primeiramente, ele cita a proposta *Educação para Todos: caminho para a mudança*, de 31/05/1985, feita pelo ministro da Educação Marco Maciel, que fundamenta os tópicos apontados para a efetiva execução do PNLD após a ditadura. O segundo documento é o *Plano Decenal de Educação para Todos*, que foi resultante do compromisso brasileiro assumido na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, em 1990, para assegurar o desenvolvimento da educação (CASSIANO, 2007: 21).

A proposta de Marco Maciel veio marcar a política social do novo governo democrático que pretendia universalizar o ensino de 1º grau e garantir sua qualidade. Para alcançar tal objetivo, o ministro listou os principais problemas na área da educação advindos do governo militar: falta de consciência sobre a importância política e social da educação; baixa produtividade escolar; rebaixamento da carreira do magistério; inadequação de recursos para a educação básica.

Com a redemocratização do país, o discurso do governo era de preocupação com as camadas mais humildes da sociedade. Na educação são apontados problemas como a evasão escolar, a repetência e a falta de vagas no sistema público de ensino. Em relação a esses problemas afirma-se que o currículo escolar entrava em conflito com a realidade do aluno, muitas vezes os conteúdos eram superficiais e com repetições desnecessárias, o que desestimulava os alunos – isso agravado também pela ausência de bibliotecas e pelo material insuficiente e incompleto.

A fim de atingir as metas propostas, o governo deu prioridade a três desafios a serem alcançados: combater o analfabetismo, universalizar o então 1º grau e buscar uma educação de qualidade. Para isso foi necessário implementar um programa de assistência imediata que valorizasse o magistério e promovesse o acesso à escola, em especial ao aluno carente. É importante ressaltar o cunho assistencialista do programa de distribuição de livros:

É visível, então, que na sua implementação o programa voltado para a distribuição do livro didático adquiria status de prioridade nacional sobretudo pela vertente do assistencialismo, vinculando-se de modo secundário à busca da qualidade na educação. (CASSIANO, 2007: 24)

Assim, firmando seus princípios assistencialistas, o programa atendeu com prioridade o Nordeste com o objetivo de aumentar o índice de aprovações nas escolas e melhorar a qualidade do ensino na região, investindo não só em material didático como também em professores e em infraestrutura escolar.

Em 1985, quando o PNLD foi criado, foram enumeradas as alterações que justificavam a criação do programa, como, por exemplo: não seriam comprados livros descartáveis, os livros reutilizáveis serviriam para vários alunos em anos posteriores; a escolha do título do livro passaria a ser feita pelos professores; distribuição gratuita de livros didáticos a todos os alunos das escolas públicas de 1º grau.

As alterações propostas foram de fato teoricamente muito bem colocadas, no entanto, com exceção da compra de livros reutilizáveis, as alterações não foram postas em prática até 1995 com governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC).

A escolha do livro pelo professor até 1995 também foi ponto de discussão e escândalos. Apesar de o professor escolher certo material, não era garantido que ele recebesse o material correto na data prevista. Algumas reportagens da época evidenciavam que muitos dos livros pedidos não eram entregues e no lugar destes eram enviados livros que possuíam “padrinhos”, ou seja, livros que eram indicados por pessoas influentes no Ministério da Educação. Além disso, era comum que a entrega dos livros fosse feita após o início do ano letivo. Apesar desses contratemplos, o PNLD assegurou o aumento no volume das vendas de livros didáticos.

A Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) foi criada em abril de 1983 e absorveu, entre outros programas do MEC, o Programa do Livro Didático (PLID). Em 1984 foi encerrado o sistema de co-edição entre governo e editoras, passando o MEC a ser comprador dos livros lançados pelas editoras que participavam do PLID. As decisões para a implementação do PNLD ficavam a cargo da Diretoria de Apoio Didático Pedagógico (DADP) e esta estava subordinada à FAE. Coube à DADP coordenar as atividades de seleção, aquisição e distribuição e controle da qualidade dos livros. Citando Castro, Heloísa Höfling afirma que:

[...] d) a organização das decisões sobre os quantitativos a serem adquiridos na DADP (Diretoria de Apoio Didático Pedagógico) foi realizada em reuniões "fechadas" entre os burocratas especialistas da FAE e os representantes das editoras, o que potencializou ainda mais a existência da rede de intermediações e permitiu a manutenção e entrelaçamento das conexões entre a indústria livreira especializada na produção de livros didáticos e os dirigentes da FAE; e) as editoras líderes tinham até um

calendário especial para as negociações, eram as primeiras e dispunham de um tempo maior para discutir suas propostas; [...] h) as encomendas, em alguns momentos, foram quase que totalmente pagas antes do recebimento, 50% no ato da assinatura do contrato, 25% na entrega de 75% dos livros encomendados e o restante no dia da entrega total dos livros. (HÖFLING apud Castro 1996: 37)

Percebe-se o poder da FAE ao concentrar os recursos para o livro didático, influenciando, controlando e privilegiando determinadas editoras. A concentração pode ser vista na tabela:

PARTICIPAÇÃO DAS EDITORAS NAS AQUISIÇÕES DE LIVROS PELO MEC/PNLD

1985-1991 (em porcentagem)

EDITORA	1985	1986	1987	1988	1989	1990/91	TOTAL
ÁTICA	11	10	15	17	21	25	17
BRASIL	38	23	11	8	-	16	17
IBEP	6	17	13	15	16	9	12
FTD	9	10	15	12	11	13	12
NACIONAL	11	17	11	9	-	3	8
SARAIVA	8	7	10	9	10	8	8
SCIPCIONE	0	3	7	11	9	10	7
OUTROS	16	13	19	19	33	15	8
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: HÖFLING *apud* FAE. In Castro, J. A. 1996, p. 23.

Em 1997 a FAE foi extinta, e a partir de então a execução do PNLD ficou delegada ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia federal vinculada ao MEC e criada em 1968, (HÖFLING, 2000).

O FNDE foi criado por intermédio da Lei n° 5.537, de 21 de novembro de 1968 e pelo Decreto-Lei n° 872, de 15 de setembro de 1969. É atualmente responsável por captar e distribuir recursos a vários programas do Ensino Fundamental. Seu objetivo é “garantir que todas as crianças e jovens, de 7 a 14 anos, e aqueles com idade acima de 14 anos que não tiveram acesso à escola em época apropriada, possam concluir o Ensino Fundamental” (MEC, s/d).

Pode-se perceber que nos primeiros anos do PNLD, apesar de contribuir para um maior acesso aos livros, o programa tinha um viés assistencialista. A compra dos livros já era concentrada, no entanto, ainda sobrava espaço no mercado para as pequenas editoras. Será visto posteriormente que a concentração aumentou ainda mais. Como também a superação de alguns problemas e a entrada de outros agentes nas áreas decisivas do poder.

3.1 O PNLD E O GOVERNO FHC

Com o *Plano Decenal de Educação para Todos*, o livro didático foi apresentado como instrumento social que, além de promover a questão educacional, também atinge a esfera política e econômica. Neste plano foram apontadas algumas questões relacionadas ao andamento do programa do livro didático, como o processo de distribuição, que não cumpria a meta de entregar os livros no início do ano letivo. Também foi questionada a qualidade dos livros, e este mesmo plano afirmava que a justificativa para tais problemas era a má formação do magistério que não sabia escolher o livro apropriado.

Desse modo, em 1993, o Estado formou uma comissão para avaliar a qualidade dos conteúdos e os aspectos pedagógicos dos livros que poderiam ser comprados pelo MEC, como também para impor parâmetros para as próximas compras governamentais. Neste momento, a comissão avaliou os dez livros mais pedidos pelos professores da rede pública de todas as matérias. Em 1994 foi divulgado pela imprensa o resultado dessa avaliação: o MEC havia adotado durante anos livros desatualizados, incompletos, preconceituosos e com impropriedades conceituais. Com toda essa repercussão, em 1996 o governo instituiu em caráter oficial a avaliação pedagógica dos livros que seriam comprados pelo Programa Nacional do Livro Didático.

A partir de então os resultados eram divulgados para os professores por meio de exemplares chamados de *Guias de Livros Didáticos*, que são distribuídos em todas as escolas públicas do país com a intenção de orientar os professores para a escolha dos livros. Foi o início da avaliação dos livros adquiridos pelo governo que abriu espaço para a discussão de várias questões sobre o que era material de qualidade ou não, gerando conflitos entre o poder público, editores e autores.

Não só a avaliação dos livros didáticos marcou a gestão do governo FHC na área da educação, como também o aumento da aquisição de livros (expansão do programa para todas as séries do 1º grau) e melhoria na distribuição dos livros.

Com a crescente divulgação da importância do livro didático na escola, fez-se necessário garantir o fluxo financeiro para o programa. De acordo com Célia Cassiano, a Resolução nº 6, de 13/07/1993, destina para o PNLD “anualmente e em caráter prioritário, recursos da ordem de duzentos e setenta milhões de Unidade Fiscal de Referência (UFIR) [...] da quota do salário educação, para aquisição de livros didáticos para os alunos da rede pública do ensino fundamental” (art. 1º). No art. 3º da mesma resolução é destacada a prioridade de atendimento dos alunos dos quatro primeiros anos do ensino fundamental (CASSIANO, 2007: 42).

Os recursos foram assegurados por esta Resolução nº 6, no entanto, foi com a Portaria 542, de 10/05/1995, que foi garantida a universalização na distribuição dos livros didáticos. A partir daí foram aprovados a aquisição e distribuição de livros didáticos de todas as disciplinas para alunos da 5ª a 8ª série de todas as escolas públicas no Brasil. Com esta portaria, ficou instituído que no ano letivo de 1996 as escolas receberiam dois ou três livros de cada disciplina em um ano, e no ano seguinte receberiam as disciplinas não atendidas como também os complementos das anteriores, de acordo com os recursos disponíveis.

Com isso, os números das vendas de livros cresceram absurdamente, reconfigurando o cenário do mercado nacional de livros didáticos, resultando em grande concentração das vendas nas mãos das grandes editoras, como será visto no próximo capítulo. No momento é importante ressaltar que a garantia dos recursos, a universalização da compra e da distribuição, como também a implementação da avaliação das obras garantiram a permanência e a credibilidade do programa.

A partir de 1996, que foi considerado um ano de grandes mudanças para o PNLD, é possível ver que as modificações propostas pelo Plano Decenal de Educação começaram finalmente a sair do papel. Com a gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002), tanto a universalização da distribuição dos livros como a avaliação do PNLD foram políticas educacionais definidas com pressupostos de que a educação básica deveria ter condições materiais para funcionar corretamente, como também o professor deveria ter acesso a materiais de qualidade para o seu trabalho.

Além das medidas anteriores, o governo também implementou a elaboração de Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) em todos os níveis da educação básica, os

sistemas de informações com dados provenientes de censos escolares e a instituição de um sistema para avaliar o desempenho da educação no país – este ficou a cargo do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

A nova configuração do PNLD foi apenas uma parte da grande reforma pela qual passou a educação no Brasil. Vale lembrar que, além das políticas voltadas para a educação, a política econômica do governo FHC proporcionou a abertura do capital estrangeiro, em grande parte por meio das privatizações, incrementando as relações com ainda mais países, gerando assim interesses de empresas internacionais em investir na educação brasileira.

Com o fim da FAE, o PNLD passou a ser executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento para a Educação (FNDE), alguns problemas presentes nos primeiros anos do Programa foram resolvidos, como o questionamento em relação à prioridade do plano em relação à criança carente e a má distribuição.

Com relação à criança carente, a discussão ficou enfraquecida após a universalização do acesso ao livro, já que todos os alunos do ensino fundamental foram contemplados. Em relação à distribuição, em 1995 o governo definiu que para receber os livros do PNLD, as escolas precisavam estar cadastradas no Censo Escolar, que é realizado anualmente pelo INEP, órgão responsável pelo censo escolar e pela avaliação do ensino, coletando dados da educação básica nacional. Com isso, o INEP passou a decidir sobre a quantidade de livros a serem comprados pelo governo fundamentando-se nas projeções de aumento das matrículas. Dessa maneira, foram evitadas as compras desnecessárias em algumas escolas e a falta de material em outras.

É importante frisar que, a partir de 1995, a Empresa Brasileira de Correio e Telégrafos (ECT) passou a ser responsável pela distribuição dos livros comprados pelo PNLD; desde então, tudo indica que as obras têm sido entregues antes do início do ano escolar. Assim, é possível afirmar que com estas medidas, muitos dos problemas na distribuição dos livros foram resolvidos.

3.2 A ORGANIZAÇÃO DO PNLD

A partir de 1996, cada estudante da rede pública do ensino fundamental passou a receber um livro de cada uma das disciplinas: Português, Matemática, História,

Geografia e Ciências, para uso durante o ano letivo. Os livros são utilizados pelo aluno, mas devem ser devolvidos para a escola no final do ano, cada livro tem validade de três anos – com exceção dos alunos do 1º e 2º ano que recebem livros consumíveis de alfabetização matemática e alfabetização linguística. Por comprarem grandes quantidades de livros reutilizáveis, desde 1999 o MEC utiliza diversas campanhas para promover a preservação do livro didático.

Como já foi dito, o governo alterna as compras governamentais, por exemplo, no *Guia de Livros Didáticos PNLD* para 2010, foram contemplados os primeiros anos do ensino fundamental, alunos do 1º ao 5º ano, com todos os livros de todas as disciplinas. No *Guia de Livros Didáticos PNLD* para 2011 serão contemplados os alunos dos últimos anos do ensino fundamental, do 6º ao 9º ano, nas disciplinas de Português, Matemática, Geografia e Ciências. A partir de 2011 cada estudante destes últimos anos também receberá livros consumíveis de língua estrangeira (Inglês ou Espanhol).

O ciclo de renovação é feito a cada três anos, e o atual se encerra em 2012, o último ano do triênio é usado somente para a reposição, portanto, não é feito nenhum *Guia de Livros Didáticos*. No site do FNDE pode-se notar que 2009 foi um ano de reposição, não há dados sobre o Guia de Livros Didáticos neste ano, no entanto, na seção de apresentação do site é afirmada a grandeza do programa representada em números:

Em 2009, o governo federal investiu R\$ 577,6 milhões na compra de livros didáticos para a educação básica e R\$ 112,8 milhões na distribuição dessas obras para todo o país, por meio de pagamento à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Só para os livros a serem usados por alunos do 1º ao 5º ano em 2010 foram R\$ 427,6 milhões de investimento em aquisição e R\$ 85,8 milhões em distribuição. Além disso, livros de reposição foram comprados e distribuídos para estudantes do 6º ao 9º ano do ensino fundamental (R\$ 80 milhões) e das três séries do ensino médio (R\$ 97 milhões). (MEC, s/d)

Também é importante lembrar que há duas formas de realizar o Programa Nacional do Livro Didático: centralizado, quando as ações sobre aquisição dos livros didáticos forem desenvolvidas pelo FNDE; descentralizado, quando o FNDE repassa recursos para as secretarias de Educação dos Estados ou Municípios, que ficam responsáveis pela aquisição e distribuição dos livros às escolas públicas do ensino fundamental.

A descentralização foi uma estratégia elaborada para melhorar o alcance do programa, visto que sua grande proporção tornou a tarefa administrativa muito complexa para o governo federal. Desse modo, em 1995 o governo apresentou ao Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação (CONSED) uma proposta de execução descentralizada do Programa Nacional do Livro Didático. Aos governos estaduais cabia fornecer o capital excedente, caso a compra dos livros extrapolasse a quantia estabelecida pelo governo. Muitos governos estaduais aderiram a essa proposta como: Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul.

No entanto, muitos desses estados enfrentaram dificuldades para por o PNLD em prática. Grande parte dos problemas se deve à localização física das principais editoras de livros didáticos, todas possuem suas sedes em São Paulo. A distância atrapalhava as negociações de preço (as tiragens seriam menores) e a distribuição. Com isso, apenas Minas Gerais e São Paulo seguiram essa forma descentralizada de distribuir os livros do PNLD. Porém, em 2000, Minas Gerais voltou a fazer parte do programa centralizado; e, após quase dez anos sob a forma descentralizada, em 2006, São Paulo também voltou a participar das compras centralizadas do governo.

3.3 O FUNCIONAMENTO DO PNLD

Segundo o site do FNDE³, são treze as principais ações de execução para o funcionamento do PNLD. O primeiro ponto é a *inscrição das editoras* no programa, as regras para a inscrição são publicadas no Diário Oficial da União e ficam disponíveis no site do FNDE. O segundo ponto é a *avaliação* das obras, é feita uma triagem pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT). Os livros selecionados são direcionados para a Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC) para que possam ser avaliados por seu conteúdo pedagógico. A SEB fica responsável por escolher especialistas para analisar as obras, de acordo com o edital proposto. Estes especialistas fazem resenhas dos livros aprovados e a partir daí é feito o *Guia do Livro Didático*.

O *Guia do Livro* já pronto fica disponível no site do FNDE, que também envia este mesmo conteúdo impresso para todas as escolas apontadas pelo censo escolar.

³ Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/pnld-pnld-e-pnlem> Acesso: 29/10/210

Acontece então o processo de *escolha* dos livros com base no guia, no qual professores e diretores examinam e escolhem os livros que serão adotados.

Com os livros já selecionados é feito o *pedido*, o qual pode ser feito de duas formas: a primeira é através da Internet. Um representante da escola se cadastra no site do FNDE, é enviada uma senha que é utilizada para a escolha *on-line* em aplicativo destinado a esse fim. A segunda opção é fazer o pedido por um formulário de escolha impresso que é enviado para as escolas cadastradas junto com o Guia do Livro Didático. Após reunir todos os pedidos e formulários é iniciado o processo de *aquisição*, o FNDE começa a negociação com as editoras. A compra é feita por inexigibilidade de licitação prevista na Lei 8.666/93.

Finalizadas as negociações, o FNDE assina o contrato e define para as editoras a quantidade e o local de entrega dos livros, e estas dão início à *produção* que é supervisionada por técnicos do FNDE. Os livros são analisados pelo Instituto de Pesquisas tecnológicas (IPT), onde são feitos testes para comprovar a *qualidade física* das obras, se elas estão de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), normas ISO e manuais de procedimentos de ensaio.

A estrutura física do livro aprovado deve ser resistente para que este possua um *período de utilização* de três anos consecutivos, desta forma, mais de um estudante é beneficiado (com exceção das cartilhas de alfabetização oferecidas no 1º e 2º ano). Para garantir a igualdade na distribuição dos recursos do FNDE com o PNLD, mediante o prazo de três anos para utilização do livro, há *alternância* nas compras integrais para os alunos de 1º a 5º ano e de 6º a 9º ano. No final do triênio são feitas compras para repor livros extraviados ou perdidos, como também complementar os livros em uso.

Os livros são *distribuídos* diretamente das editoras para as escolas por meio de contrato entre o FNDE e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Esse processo é acompanhado por técnicos do FNDE e das secretarias estaduais de Educação. A previsão de entrega dos livros é entre outubro e o início do ano letivo. O *recebimento* nas zonas rurais é concentrado nas prefeituras que ficam encarregadas de entregar às escolas.

Com novos projetos, o FNDE garantiu sua *ampliação*, já que em 2003 os livros didáticos passaram a ser oferecidos para o ensino médio, como também foram distribuídos dicionários da língua portuguesa e obras em braille (a partir de 2001). A justificativa para essa expansão é “contribuir para a melhoria da qualidade do ensino, a

construção da cidadania e o desenvolvimento intelectual e cultural dos estudantes” (site do FNDE⁴).

3.4 O FNDE E OUTROS PLANOS VOLTADOS PARA EDUCAÇÃO

O FNDE é responsável por três programas de distribuição do livro didático, são eles: o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) e o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA).

Pode-se afirmar que o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio, criado em 2004 pela Resolução nº 38 do FNDE, tem seus moldes no PNLD. Este programa tem por objetivo universalizar a distribuição de livros didáticos para os alunos do ensino médio da rede pública nacional. De acordo com o site do FNDE, inicialmente o programa atendeu a 1,3 milhão de estudantes da 1ª série do ensino médio de 5.392 escolas das regiões Norte e Nordeste, que até o final de 2005 receberam 2,7 milhões de livros de português e matemática. No mesmo ano de 2005 as outras regiões brasileiras foram atendidas com livros das mesmas disciplinas.

Assim como no PNLD, no PNLEM todas as escolas cadastradas no censo escolar são beneficiadas pelo programa. Com o passar do tempo os números envolvidos ficaram ainda mais impressionantes:

Em 2006, foram adquiridos 7,2 milhões de volumes, para serem utilizados em 2007, por 6,9 milhões de alunos, ficando 300 mil exemplares para compor a reserva técnica. Foram adquiridos, ainda, 1,9 milhão de livros de português e matemática para reposição dos que foram distribuídos no ano anterior. (MEC⁵)

No ano de 2007 ocorreu a seleção de livros de história e química a serem adotados no ano de 2008, e neste ano foram agregadas as disciplinas de geografia e física a serem utilizadas em 2009. A partir daí todas as disciplinas foram contempladas pelo programa.

O Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA) foi implementado por meio da Resolução nº 18, de 24 de abril de 2007. Sua meta é distribuir, sob forma de doação, obras didáticas para entidades

⁴ Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/pnld-dados-estatisticos>. Acesso: 29/10/2010

⁵ Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/pnld-pnld-e-pnlem>. Acesso em: 01/11/2010

parceiras que visem a educação de pessoas acima de 15 anos. As entidades parceiras são os estados, municípios, instituições de ensino superior e entidades da sociedade civil que juntamente com o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC), executam o Programa Brasil Alfabetizado. O objetivo deste último programa é cumprir o Plano Nacional de Educação que prevê: a erradicação do analfabetismo, a promoção de ações de inclusão social e estabelecer o fornecimento nacional de livros didáticos que se adéquem à realidade desses alunos.

Para participar do PNLA, as entidades precisam cadastrar as pessoas a serem alfabetizadas, como também os responsáveis pelas ações de alfabetização, por meio do site do MEC. O PNLA como foi concebido continuará funcionando apenas até o final de 2010, em 2011 haverá uma mudança na estrutura do programa, pois este será incorporado ao PNLD, tornando-se mais amplo: o Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLD EJA). Instituído por meio da Resolução nº 51, de 16 de setembro de 2009, este programa irá distribuir livros didáticos para todas as turmas de ensino fundamental formadas por jovens e adultos.

Outro programa que, apesar de não distribuir livros didáticos, está diretamente ligado à educação é o Programa Nacional Biblioteca Escola (PNBE). Criado em 1997, também executado pelo FNDE, o programa tem por finalidade distribuir obras de literatura, de pesquisa e de referência a milhares de bibliotecas públicas em todo o país. Com isso ele promove “a democratização do acesso às fontes de informação; o fomento à leitura e à formação de professores e alunos leitores; e o apoio à atualização e ao desenvolvimento profissional do professor” (MEC, s/d).

De acordo com o MEC, em 2011 mais de vinte milhões de estudantes serão beneficiados pelo PNBE, e sete milhões de livros serão entregues a escolas públicas de ensino fundamental e médio. Os títulos são de diversos gêneros como contos, crônicas, poemas, romances e histórias em quadrinhos.

Pode-se ver que os números que envolvem as compras dos livros pelo governo são realmente impressionantes. Não é de se espantar que muitas editoras façam o possível para incluir alguns de seus títulos na seleção final dos programas. Como já foi dito anteriormente, com o passar do tempo a concentração das vendas aumentou muito, deixando a cargo de apenas algumas editoras a maior fatia do mercado das compras governamentais.

Portanto, é de extrema importância analisar quais são as principais editoras que fornecem livros para o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), verificando a permanência e a alternância destas desde o início do programa até os dias atuais e como isso se reflete no mercado brasileiro de livros didáticos.

4 AS GRANDES EDITORAS

No Brasil, mesmo não contando com o mesmo prestígio dos livros de literatura, o segmento dos livros didáticos é o mais rentável da indústria editorial; apesar da grande concentração do setor, no qual poucas editoras são responsáveis pelo maior volume das vendas para o PNLD.

A grande quantidade de exemplares de livros didático no país é explicada pela implementação do PNLD e do PNLEM, quando o governo federal passou a ser o maior comprador de livros escolares do país. De acordo com Cassiano (2007: 95), o ensino fundamental e médio, gratuito e universal, representa 90% de toda a educação básica do Brasil.

Deve-se ter em mente que os números extraordinários do setor dos livros didáticos são justificáveis, pois praticamente todos os alunos da educação básica fazem uso do livro didático. De acordo com Amorim (2008) na pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil*, 50% dos leitores brasileiros são estudantes e leem livros indicados pelas escolas, incluindo aí os didáticos.

Por ser um mercado certo e regular, as grandes editoras investem pesado em tecnologia, não só para entregar em tempo hábil um livro que se adeque ao edital proposto pelo MEC, como também para a interatividade com os professores (criação de sites, fóruns e atendimentos exclusivos), que são essenciais na escolha dos livros.

Em geral, quando o mercado editorial é analisado, os livros são divididos em segmentos: didáticos; científicos, técnicos e profissionais; religiosos; obras gerais. De acordo com Célia Cassiano (*apud* Castañeda)⁶ o mercado do livro está em crise e isto pode ser visto no fechamento de livrarias (em especial as pequenas e as médias), na redução da produção, no aumento da pirataria (ainda mais agora com a expansão do mercado de livros digitais) e fotocópias não legalizadas. No entanto, o único setor no qual não se aplicam esses indicadores é o de livros escolares. Isto se deve à obrigatoriedade do uso de material didático na formação educacional básica.

É nesse cenário de livros com vendagem precisa e cíclica que as grandes editoras batalham para conquistar uma fatia cada vez maior de mercado. Os maiores grupos especializados nesse ramo são: Grupo Santillana, de origem espanhola, responsável pela

⁶ CASTAÑEDA, Rosa Luz Dávila. *El libro en America Latina: Situación Actual y políticas públicas*. Portal Ibero Americano de Gestión Cultural, 2005. Disponível em: www.oie.es/fomentolectura/libro_en_Lationoamerica_davila.pdf >. Acesso em: 05/11/2010

Editora Moderna; Grupo Saraiva, constituído pelas Editoras Saraiva, Atual e Formato; Grupo Abril, detentor do controle acionário das Editoras Ática e Scipione; FTD, formado pelas Editoras FTD e Quinteto; Grupo IBEP/Cia. Editora Nacional; e Grupo Positivo, responsável pela Editora Positivo.

Os grandes valores que cercam o mercado do livro didático, em especial o PNLD, podem ser vistos na Tabela a seguir:

Programa Nacional do Livro Didático-Agregado 2010

Valores Negociados por Editoras

EDITORA	TIRAGEM TOTAL	TÍTULOS ADQUIRIDOS	VALOR TOTAL
FTD	25.708.876	312	122.164.617,17
MODERNA	23.798.876	254	117.838.167,02
ÁTICA	21.330.865	338	112.584.824,49
SARAIVA	14.857.665	238	87.038.120,41
SCIPIONE	9.032.800	260	50.130.900,98
POSITIVO	7.800.477	162	39.340.692,81
NACIONAL	1.674.820	38	9.980.598,88
IBEP	937.365	100	7.896.153,82
OUTRAS	9.629.024	336	75.326.916,20
TOTAL	114.770.768	2.038	622.300.991,68

Fonte: Adaptada por Juliana Pitanga do site do FNDE

É necessário evidenciar que as editoras Moderna e Positivo são representantes de uma nova dinâmica no mercado de livros didáticos, na qual estratégias de marketing direcionadas às escolas possibilitaram a entrada de *sistemas de ensino* na rede pública, antes limitados à rede particular, vinculados a grandes investimentos. Posteriormente será vista a polêmica gerada pela entrada destes novos métodos de ensino.

Na década de 1990, as nove editoras que dominavam o mercado de didáticos eram: Moderna, Saraiva, Atual, IBEP, Cia. Editora Nacional, Ática, Scipione, FTD e

Editora do Brasil. Todas possuem sede em São Paulo e, com exceção da FTD, eram compostas por empresas familiares.

É possível afirmar que essas editoras (com exceção da Cia. Editora Nacional) aumentaram muito o volume de vendas de seus livros graças às reformas na educação que foram iniciadas com a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, esta lei permitiu a expansão do ensino da rede pública, aumentando e desenvolvendo o setor dos livros didáticos.

4.1 GRUPO IBEP/CIA. EDITORA NACIONAL

A Cia. Editora Nacional nasceu em 1925 após o fim da Companhia Gráfica-Editorial, empreendimento de Monteiro Lobato e Octalles Marcondes no qual eles uniram gráfica e editora em uma só organização. Apesar de a nova empresa ter prosperado, Lobato permaneceria nela apenas até 1927, quando se tornou adido comercial nos Estados Unidos. Após perder dinheiro com a Quebra da Bolsa de Nova York, Lobato vendeu a sua parte na empresa para o irmão de Octalles, mas na verdade quem administrava o negócio era somente Octalles, que continuou investindo em sua firma.

Lobato foi um fenômeno editorial na medida em que trouxe para o mercado dos livros voltados para crianças um novo olhar, destacando a importância desse nicho no mercado do livro. Além de investir pesado no livro paradidático, implantou inovadoras estratégias de marketing, aumentando a relação entre editora e escola.

Uma das medidas de Monteiro Lobato foi mandar distribuir quinhentos exemplares do seu livro *Narizinho arrebitado* para várias escolas e grupos escolares de São Paulo. Segundo Cassiano, após a visita do então presidente do estado Washington Luís a várias escolas públicas, este constatou que as crianças tinham muito interesse por um livro em especial. Tratou de contatar e encomendar o livro para que fosse distribuído em todas as escolas administradas pelo seu governo. Trinta mil livros foram encomendados e entregues dois dias depois, ou seja, a tiragem recorde de Lobato de 50.500 livros deste título foi providencial.

Nos anos 1940, a Cia. Editora Nacional dominava o setor de didáticos. Contudo, em 1943, a empresa foi lesada por seis de seus funcionários que eram responsáveis pela execução do programa de livros didáticos, e abandonaram a empresa para abrirem sua própria editora, a Editora do Brasil, que logo se tornou importante no mercado.

Com a morte de Octalles Marconde em 1973, a Cia. Editora Nacional passou a não figurar entre as mais importantes no segmento de didáticos, pois seus herdeiros a administraram de maneira desastrosa. A empresa chegou a ser comprada pelo governo federal por meio do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) que também não a administrou de maneira próspera. Hallewell descreve essa fase decadente:

Em 1979/1980, a editora que havia sido, em termos relativos, uma das empresas privadas mais sólidas e rentáveis do Brasil teve prejuízo contábil – perda de posições, de ano para ano, no *ranking* do setor (primeiro lugar em 1974, quinto em 1979), e naturalmente, depreciação do valor negocial. (HALLEWELL, 2005:384)

A Cia. Editora Nacional passou a não ser mais rentável e foi vendida em 1980 para o Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas – IBEP. O IBEP foi criado em 1966 por Jorge Antonio Miguel Yunes e Paulo Marte, e em 1983 chegou a dominar 30% do mercado didático graças ao sucesso do livro de português de Hermínio Sargentim. Em 2001, Paulo Marte saiu da empresa e o grupo IBEP/Cia. Editora Nacional ficou sob o comando da família Yunes.

De acordo com o site do FNDE, no PNLD de 2010 o governo adquiriu do grupo IBEP/Cia. Editora Nacional 2.480.807 exemplares de livros, comprovando sua expressividade no mercado de didáticos. Alguns exemplos do catálogo do grupo:



Coleção Produção de Textos
de Hermínio Sargentim
Editora IBEP



EJA – Educação de Jovens e Adultos
de Tania Amaral Oliveira
Editora IBEP

4.2 GRUPO SARAIVA

Em 1910, a Saraiva e Cia. foi fundada por Ignácio da Fonseca Saraiva inicialmente como um comércio de livros usados, localizado próximo a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo. O nome comercial do

estabelecimento era *Livraria Acadêmica* e seu proprietário era mais conhecido entre os estudantes como Conselheiro Saraiva. Apenas em 1913 a Saraiva entrou para o mercado editorial com a publicação de um livro jurídico, e apenas em 1938 começou a editar livros didáticos.

O grupo Saraiva é composto pela Editora Saraiva e pela Livraria Saraiva. A Editora Saraiva é líder no segmento de livros jurídicos e é uma das maiores representantes do mercado de livros didáticos e paradidáticos. Ela publica livros de várias áreas como Economia, Administração, Marketing, como também obras de referência, de ficção e não ficção.

De acordo com o site do grupo⁷ seu catálogo possui mais de 2.900 títulos representados pelos selos: Editora Saraiva, Editora Atual e Editora Formato. O grupo também atua em soluções didáticas em meio digital voltadas para a educação básica, produzindo CD-ROMs, suportes pela internet e sistemas de ensino, como será visto no próximo capítulo.

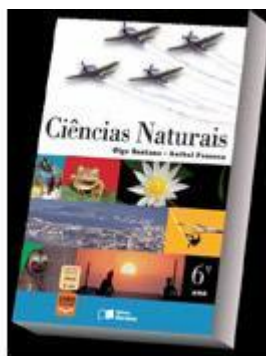
Além disso, a Saraiva possui portais específicos para o setor jurídico (www.saraivajur.com.br), livros universitários (www.saraivauni.com.br) e o portal dedicado a serviços e divulgação de material de apoio didático exclusivo para professores (www.saraivaeduca.com.br).

A livraria Saraiva é a maior rede em faturamento do Brasil. Possui um portal na internet como também lojas físicas. Atualmente é uma das maiores empresas varejistas *on-line* do país, vendendo livros, CDs, produtos de papelaria, eletrônicos e informática.

Pode-se afirmar que a Editora Saraiva ampliou sua participação no mercado dos didáticos a partir de 1998 quando foi adquiriu a Editora Atual, e também em 2005 quando foi incorporada à Editora Formato. Ainda de acordo com o site da editora, esta conta com o Centro de Distribuição Saraiva (CDS), um prédio com mais de 6.000 m² onde são armazenados mais de 30 milhões de livros ao ano.

No PNLD 2010 o grupo Saraiva negociou uma tiragem total de 14.857.665 livros, para isso, o governo desembolsou R\$ 87.038.120,41 (MEC). A seguir, alguns exemplos de livros de coleções presentes no *Guia de Livros Didáticos 2011*:

⁷ www.editorasaraiva.com.br. Acesso em: 20/11/2010



Coleção Ciências Naturais

de Olga Santana, Aníbal Fonseca e Erika Mozena
Saraiva Livresiros Editores



Coleção Matemática – Ideias e Desafios

de Iracema e Dulce
Saraiva Livresiros Editores

4.3 GRUPO ABRIL (EDITORAS ÁTICA E SCIPIONE)

A Editora Ática foi fundada por Anderson Dias e Antonio Narvaes Filho, em 1965. No entanto, os acontecimentos que antecederam sua fundação foram essenciais para que a editora se destacasse no segmento de didáticos. Dias e Narvaes eram colegas na Faculdade de Medicina da USP, e juntamente com o irmão de Anderson Dias abriram um curso chamado Madureza Santa Inês. Segundo Cassiano (apud Paixão)⁸, o curso que iniciara com apenas 15 alunos na década de 1960 estes já ultrapassavam 3 mil. As apostilas do curso eram feitas pelos próprios professores e em 1962 elas ganharam um setor específico a Sociedade Editora do Santa Inês (Sesil). Após três anos muda de nome e nasce a Editora Ática.

A Ática inovou na medida em que apresentou pela primeira vez a existência de três livros em apenas um: o livro do aluno, o livro do professor e o caderno de exercícios, propondo para eles a mesma diagramação. Foi pioneira ao lançar o livro do professor, uma maneira de conquistar os docentes que posteriormente foi copiada por outras editoras.

Os donos da Editora Ática ampliaram seus negócios no setor e em 1983 adquiriram a Editora Scipione, empresa do professor Scipione Di Pierro Netto, que contava com catálogo de cinco títulos. Já em 1984, com as vendas governamentais o grupo alcançou a marca de 2 milhões de livros negociados. As duas editoras sempre formaram duas empresas separadas e independentes. No entanto, a partir de 1997 o

⁸ PAIXÃO, Fernando (org. e coordenador do projeto). *Momentos do livro no Brasil*. São Paulo: Ática, 1998.

grupo passou por dificuldades que culminaram com a junção das duas empresas. Mesmo assim, o grupo continuou com os dois selos editoriais. Após o período de crise, em 1999 a empresa foi vendida para o Grupo Abril, e Havas permanece atualmente sob o controle destes grupos.

No PNLD 2010 o grupo negociou aproximadamente 30 milhões de exemplares, com valores passando a casa dos 160 milhões de reais (MEC). Abaixo alguns exemplos de livros do grupo Ática/Scipione de coleções presentes no *Guia de Livros Didáticos 2011*:



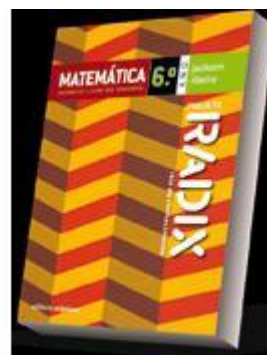
Coleção Geografia Crítica
de José William Vesentini e Vânia Vlach
Editora Ática



Coleção Links – English For Teens
de Amadeu Onofre Marques e Denise dos Santos
Editora Ática



Coleção Para ler o mundo
de Graça Sette, Maria Paulino e Rozário Starling
Editora Scipione



Coleção Projeto Radix – Matemática
de Jackson da Silva Ribeiro
Editora Scipione

4.4 GRUPO POSITIVO

O grupo Positivo foi criado em 1972 pela iniciativa conjunta de oito professores que fundaram um curso pré-vestibular em Curitiba, no Paraná. Nos primeiros anos de existência o curso já possuía cerca de 3.000 alunos. Embalada por esse sucesso, foi inaugurada a primeira escola Positivo voltada para o ensino médio. De acordo com o site do grupo⁹ o Positivo está presente nos 26 estados brasileiros (mais o Distrito Federal) e mantém negócios com países da Ásia, América do Sul, África, Europa, Oriente Médio, além dos Estados Unidos.

Na área educacional o grupo atende cerca de 10 milhões de estudantes distribuídos entre ensino público e privado da educação básica até a educação superior, através de seus *sistemas de ensino*, portais de conteúdo educacional e suas unidades próprias. Além das Escolas Positivo, há também em Curitiba o Centro de Línguas Positivo (CLP-escola de idiomas), o Curso Positivo (pré-vestibular) e a Universidade Positivo. Além disso, o grupo Positivo vem atendendo a alunos e professores da educação básica no Brasil, Estados Unidos e Japão com seus dois sistemas de ensino: o Sistema Positivo de Ensino (SPE – voltado às escolas particulares) e o Sistema Aprende Brasil (SABE – direcionado às escolas da rede pública). Como também fornece conteúdo por meio de seus quatro portais: o Portal Aprende Brasil, o Portal Educacional, o Portal Universitário e o Portal Positivo.

Já na área gráfico-editorial, o grupo opera duas empresas, a Editora Positivo e a gráfica Posigraf. A Editora Positivo foi fundada em 2004 com duas divisões de negócios: Sistemas de ensino; e Livros e periódicos. Com o segmento de Livros e periódicos, a empresa oferece um portfólio com livros didáticos, paradidáticos e obras de referência. Já a divisão de sistemas de ensino atende às escolas que adotam os sistemas criados pelo grupo.

Em 1972, a Gráfica Positivo foi fundada para imprimir os livros didáticos das Escolas Positivo, e atualmente é a maior gráfica do setor de livros e periódicos e, de acordo com o site, desde 1997 lidera o ranking nacional no segmento “livros, revistas, impressos comerciais e promocionais” instituído pela Associação Brasileira da Indústria Gráfica (Abigraf).

⁹ www.positivo.com.br

Na área de informática, o grupo atua com a marca Positivo Informática, fundada em 1989, e produz computadores, *softwares* e soluções educacionais (CD-ROM, projetos de portais para a internet).

Em 2010, com as compras governamentais, o grupo Positivo obteve R\$ 39.340.692,81 com a tiragem vendida de 7.800.477 (MEC), consolidando sua presença no Programa Nacional do Livro Didático (iniciada em 2003). Eis alguns exemplos de livros do grupo Positivo de coleções presentes no *Guia de Livros Didáticos 2011*:



Coleção Projeto Eco – Língua Portuguesa
de Cristina Soares Azeredo
Editora Positivo



Coleção Ciências integradas
de Jenner Alvarenga, José Pedersoli e outros
Editora Positivo

4.5 GRUPO SANTILLANA (EDITORA MODERNA)

A Editora Moderna foi criada em 1968 pelos professores do curso pré-vestibular Anglo-latino Ricardo Feltre, Carlos Marmo e Setsuo Yoshinaga (CASSIANO, 2007: 63). Estes professores começaram suas atividades no ramo editorial com livros de Química (Feltre e Yoshinaga lecionavam essa matéria) e de Desenho Geométrico (matéria ensinada por Marmo), posteriormente eles convidaram outros professores para elaborarem livros de outras matérias.

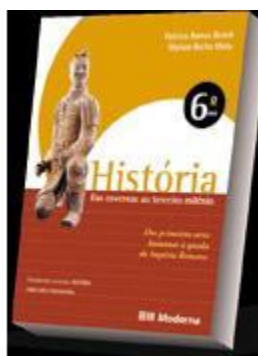
No entanto, na década de 1970, a sociedade foi desfeita, pois Setsuo e Carlos Magno saíram da empresa, cabendo a Ricardo Feltre o comando total da Editora Moderna. Já no início da década de 1980 a Editora Moderna abriu sua primeira filial no Rio de Janeiro e publicou seu primeiro livro paradidático. O destaque que a editora teve

no mercado de livros didáticos se deveu à variedade de títulos como também à qualidade reconhecida de seus produtos editoriais.

Foi na década de 1990 que a Editora Moderna deu um grande salto e ampliou suas instalações, centralizando todos os departamentos da editora no bairro Belenzinho, em São Paulo; além de contar com muitas outras filiais nos principais estados brasileiros. Foi também neste período que houve a transição da empresa das mãos do professor Ricardo Feltre para seus filhos Eduardo e Ricardo Arissa Feltre, que investiram pesado em marketing com o objetivo de ampliar a presença da editora no mercado.

No ano de 2001 a Editora Moderna foi vendida para o grupo Santillana, o braço editorial do Grupo Prisa empresa de comunicação espanhola que atua em vários países da América Latina desde 1964 (MODERNA, s/d). Além da Editora Moderna, o grupo Santillana possui outras empresas no Brasil: a Editora Objetiva; a Editora Salamandra (voltada para o público infantil); o selo Richmond (publicações em inglês); o Sistema Uno de Ensino (que reúne apostilas e serviços de apoio para as escolas); e a Avalia, empresa de avaliação educacional.

No PNLD 2010, a Moderna ficou em segundo lugar no ranking das vendas para o governo, negociando mais de 117 milhões de reais. Abaixo, dois exemplos de livros da editora de coleções presentes no *Guia de Livros Didáticos 2011*:



Coleção História das Cavernas ao Terceiro Milênio
de Patrícia Braick e Myriam Mota
Editora Moderna



Coleção Matemática
de Eduardo Bianchini
Editora Moderna

4.6 A FTD

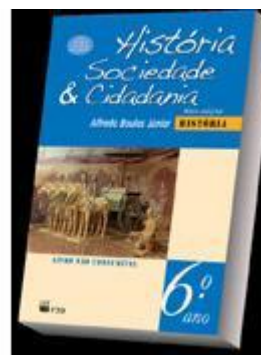
A FTD tem origem francesa e pertence à ordem religiosa dos Irmãos Maristas. Dentre as editoras mencionadas é a única que não faz parte de um grupo de comunicação. É também a editora mais antiga, cuja primeira publicação é de 1902 (CASSIANO, 2007: 158). As iniciais da editora são em homenagem a Frère Théophane Durand, Superior Geral da Congregação Marista entre 1883 e 1907, devido a seus esforços para produzir obras didáticas que foram denominadas de *Coleção FTD*.

Os livros da *Coleção FTD* eram impressos na França até 1930, a partir daí aos poucos passaram a ser impressos na Gráfica Siqueira, em São Paulo. Outro ponto interessante é a distribuição dos livros que inicialmente era feita pelos próprios irmãos maristas e passou para a Livraria Francisco Alves. Já em 1956 a distribuição e impressão ficaram a cargo da Editora do Brasil, quando em 1963 a *Coleção FTD* foi transformada em Editora FTD, conquistando assim a autonomia de edição e distribuição.

A Editora FTD foi a campeã em vendas para o governo no ano de 2010. A tiragem negociada foi de 25.708.409 livros, num total de R\$ 122.164.617,17. Abaixo, exemplos de livros da FTD presentes no *Guia de Livros Didáticos 2011*:



Coleção Geografias do Mundo
de Diamantino e Marcos
Editora FTD



Coleção História, Sociedade e Cidadania
de Alfredo Boulos Júnior
Editora FTD

Ao conhecer um pouco das histórias das principais editoras é possível afirmar que elas estão preocupadas em investir cada vez mais em divulgação e infraestrutura para atender demandas que envolvem estes grandes números. Por isso, é importante verificar como é feita a escolha destes livros e quais são as estratégias das editoras para se adequarem ao edital proposto pelo governo.

5 A ESCOLHA DOS LIVROS E A ENTRADA DOS SISTEMAS DE ENSINO

Para um livro didático fazer parte do *Guia de Livros Didáticos* do PNLD muitos fatores devem ser considerados. Todos passam por uma avaliação criteriosa de acordo com os seguintes termos: respeito à legislação, às diretrizes e às normas oficiais relativas ao ensino fundamental; observância aos princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano; coerência e adequação da abordagem da teoria e metodologia assumida pela coleção, no que diz respeito à proposta didática e pedagógica explicitada e aos objetivos visados; correção e atualização de conceitos, informações e procedimentos; observância das características e finalidades específicas do manual do professor e adequação da coleção à linha pedagógica nele apresentada; e adequação da estrutura editorial e do projeto gráfico aos objetivos didático-pedagógicos da coleção.¹⁰

As obras escolhidas também são avaliadas pelo viés pedagógico, para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) uma obra de qualidade não deve garantir apenas a correção dos textos e a coerência na abordagem didático-pedagógica, mas, sobretudo, respeitar os valores que sustentam as bases do respeito e da tolerância humana. Desse modo, as obras que não atendem a esses critérios são excluídas do processo seletivo.

De acordo com a apresentação do *Guia de Livros Didáticos PNLD 2011*, das coleções avaliadas, apenas 31% foram aprovadas para uso, enquanto 69% foram consideradas inaptas para adoção na rede pública de ensino. O MEC justifica esses números pelo aumento significativo no número de coleções inscritas, o que se justifica, em parte, pela inclusão de Língua Estrangeira. No entanto, o número de obras excluídas também aumentou, o que se deve também à inclusão de Língua Estrangeira, já que essas obras participam do processo pela primeira vez. É importante destacar que, além disso, o número de editoras participantes aumentou. Por exemplo, no PNLD 2008, 17 editoras inscreveram suas obras, já para o de 2011, 26 editoras participaram do processo. Essa ampliação pode ser atribuída, também, à inclusão de Língua Estrangeira entre as disciplinas avaliadas pelo PNLD.

¹⁰ Disponível em <<http://www.fnde.gov.br/index.php/pnld-guia-do-livro-didatico>>. Acesso em: 27/11/2010.

Ao pensar o *Guia de Livros*, o MEC procura investir na formação global dos alunos, buscando aliar conteúdos didáticos a dados para debate e reflexão, contribuindo para o desenvolvimento dos alunos e de sua assimilação como indivíduos na sociedade.

As coleções de uma mesma disciplina que obtiveram avaliação positiva pelo governo não são uniformes, ao contrário, são bem diferentes, seja pelo conteúdo ou pela abordagem teórica e metodológica. Elas diferem também entre matérias distintas, já que cada disciplina possui critérios próprios. Essas diferenças são apresentadas nos textos das resenhas do *Guia de Livros* para que os professores possam analisar quais obras têm as características necessárias para atender ao projeto da escola e quais se adaptam melhor à realidade de seus alunos.

Escolher os títulos a serem trabalhados em sala de aula é um momento de extrema importância, afinal, é durante a leitura das resenhas e discussão com os outros docentes que se passa a conhecer as obras. O *Guia de Livros Didáticos* passa a ser, então, uma oportunidade de integração entre os professores. Além disso, as resenhas que compõem o *Guia* mostram as possibilidades e as limitações de cada obra, cabendo a cada professor decidir quais são os aspectos mais importantes, levando em consideração o contexto escolar em que estão inseridos.

O MEC apresenta também em seu *Guia de Livros* algumas dicas para que a escola alcance um bom resultado no processo da escolha como, por exemplo: organizar-se em grupos e planejar a leitura e discussão do Guia; conduzir discussões de maneira organizada roteirizando as características essenciais para uma boa obra didática, verificando se a proposta de cada trabalho está de acordo com o projeto pedagógico da escola; procurar avaliar as coleções que são utilizadas atualmente ressaltando os pontos positivos e negativos; anotar e guardar as coleções não escolhidas pois podem ser úteis em escolhas posteriores, como também anotar os dados das coleções escolhidas para evitar dúvidas.

Para receber os livros didáticos pelo Programa Nacional do Livro Didático, o gestor local (secretário estadual ou distrital de Educação, prefeito ou responsável pela escola federal) deve informar que deseja receber os livros por meio do *Termo de Adesão*, este deverá ser encaminhado para o FNDE. Vale ressaltar que as escolas que não desejarem participar do PNLD são obrigadas a solicitar a suspensão das remessas de material ou a sua exclusão do Programa, mediante ofício ao FNDE, conforme

modelo disponível em seu portal¹¹. No entanto, caso o gestor não envie o termo, não será possível que a escola efetive a escolha dos livros.

A escolha do livro pode ser feita pela internet no portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, na seção Destaques, no link correspondente ao ano em que os livros serão utilizados. O sistema de escolha do livro didático deve ser acessado com senha e login que serão enviados para a escola por meio de carta, e a direção da escola deverá indicar um responsável, que depois de cadastrar seus dados no sistema poderá registrar assim as escolhas da escola.

Após o cadastro do responsável, é necessário fazer a leitura atenta do documento Compromissos da Escola.¹² Nele estão listados todos os compromissos relativos à escolha e competências da escola que essa deve adotar, para que todo o procedimento seja transparente e livre de problemas. Após a leitura do Compromisso da Escola, o sistema irá gerar um código de segurança que será solicitado pelo sistema caso a escola queira acessar novamente o sistema de escolha.

A partir daí a escola deverá escolher duas opções de coleções para cada disciplina e essa escolha deve ser muito ponderada, pois caso não se concretize a aquisição com a editora da primeira opção, a escola receberá os livros da segunda opção. Portanto, para cada matéria, deverão ser escolhidas duas opções de livros de editoras diferentes. Se alguma escola não efetuar o pedido dos livros no prazo estipulado, receberá os livros mais escolhidos do município ou estado, desde que a respectiva rede de ensino tenha aderido ao PNLD.

Para que o processo seja mais transparente e democrático, o FNDE aconselha que a reunião final para escolha dos livros seja documentada por meio do Registro da Reunião de Escolha de Livros Didáticos (que está presente no *Guia de Livros*). Nesse documento, a escola contará como aconteceu o processo de escolha, apresentará as coleções escolhidas e todos os participantes assinarão ao final, confirmando que estavam presentes durante a reunião final do processo de escolha. O FNDE também sugere que a escola afixe em local público e de fácil acesso as cópias do comprovante da escolha e do Registro da Reunião de Escolha de Livros Didáticos para conhecimento de todos os membros do ambiente escolar.

¹¹Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/termo-de-adesao>>. Acesso em: 27/11/2010.

¹² Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/pnld-guia-do-livro-didatico>>. No link Compromissos da escola. Acesso em: 27/11/2010.

A escolha deve ser feita sem a interferência de organismos externos, por isso, o FNDE regulamentou o modo de divulgação dos livros do PNLD, que estão dispostos na Portaria Ministerial MEC nº 07, de 05/04/2007, intitulada Normas de Conduta, e está disponível no portal do FNDE (www.fnde.gov.br). Nessas regras, estão dispostas as obrigações e proibições da escola e demais instituições que participam do PNLD, em particular ao que concerne ao processo de escolha dos livros. Depois de feita a escolha, o FNDE enviará uma carta com informações dos livros adquiridos para a escola (a quantidade de livros adquiridos, postados e entregues à escola, também pode ser verificada em “Distribuição PNLD/PNBE/PLEM”, disponível no portal do FNDE). Essa carta deve ser utilizada para a entrega das encomendas pelos Correios. Como o censo escolar é na verdade uma projeção para o ano seguinte, pode ocorrer uma defasagem entre o real número de alunos e a quantidade de livros, por isso, para abastecer as escolas e turmas novas, além do aumento de matrículas, as secretarias estaduais e municipais das capitais e regionais de ensino recebem a mais a quantidade de livros aproximada de 3% dos alunos atendidos pelo programa no estado.

5.1 As estratégias das grandes editoras

A partir da década de 1990, as grandes editoras passaram a apresentar características parecidas em suas práticas comerciais. Em especial, adquiriram uma forma específica de lidar com as escolas, públicas e particulares, e com o governo. No cenário atual é evidente o empenho das editoras para cativar os docentes e a comunidade escolar como um todo. Um elemento constantemente presente nas escolas é o divulgador, profissional que não vende diretamente os livros, mas sim doa esse material para professores e coordenadores, essenciais na escolha do livro, como afirma Cassiano:

a venda se concretiza na livraria ou pela compra direta feita pelo governo, mas é decidida no momento em que o livro é adotado na escola, tendo como regra a figura do professor como protagonista dessa escolha. (CASSIANO, 2007: 166)

Há um ciclo anual de trabalho para esses profissionais, dividido em cadastramento das escolas públicas e particulares de todo país; um período de divulgação de material para a rede pública, graças às compras governamentais; e um período de divulgação para a rede particular de ensino. Como já foi mencionado, a principal meta destas ações é a divulgação, e não a venda do livro pra as escolas.

Na rede particular de ensino a venda é sazonal, feita no início do ano, época em que são adquiridos os itens presentes na lista de material adotada por cada escola. Apesar de a rede particular representar apenas 10% de toda a rede de ensino brasileira (CASSIANO, 2007: 167), o preço pago por cada um desses exemplares é muito maior do que aquele negociado com o governo. Tendo em vista o controle do mercado das escolas particulares, os divulgadores captam as listas de material das escolas para elaborar o ranking de vendas que procederam da rede particular. Todas as grandes editoras possuem um cadastro de todas as escolas particulares com número de alunos e de profissionais, com as listas de material podem atualizar esses dados anualmente.

Para conquistar ou manter seus livros na lista de adoção da rede particular as editoras se organizam normalmente no período entre agosto e dezembro, é nessa época que os divulgadores traçam estratégias específicas para cada escola. Em geral as editoras enviam suas novas coleções e livros consagrados, com etiquetas personalizadas destinadas aos professores.

Já na rede pública de ensino, o cadastro das escolas não é minucioso devido ao tamanho da rede e ao rodízio de docentes. Neste caso os dados coletados são referentes a números de alunos e salas, como também de pessoas que tenham uma ligação mais duradoura com o estabelecimento de ensino. Apesar da compra no PNLD ser resultado da negociação entre editora e governo, a decisão da compra fica a cargo das indicações das instituições da rede pública. A atenção dos divulgadores para essa rede é voltada para os professores, que costumam fazer suas escolhas nos meses de agosto e setembro. Este curto espaço de tempo se deve ao prazo de entrega dos livros do programa que devem estar em todas as escolas públicas antes do ano letivo começar.

Além da distribuição gratuita de livros, outras ações importantes que fazem parte das estratégias de marketing das grandes editoras são a distribuição de folder promocional e a organização de palestras com os autores dos livros ou assessores pedagógicos. A publicidade que chega às mãos dos professores, se bem empregada, pode muito bem influenciar na escolha dos livros.

O oferecimento de palestras é uma tática muito eficiente, os professores se sentem mais preparados e dispostos a melhorar a dinâmica em sala de aula. Esta atualização oferecida pelas grandes editoras apresenta temas de importância para a educação e geralmente são apresentados por professores universitários e por autores. No final de cada palestra é apresentado o material da editora que patrocina o evento, que é doado para os professores. Devido a todos esses fatores, é quase impensável uma

editora de pequeno ou médio porte ter recursos para disputar com igualdade de condições o mercado de livros didáticos no Brasil.

Para criar um vínculo mais forte dos professores com a empresa, e conseqüentemente com a marca ou selo, as editoras estão investindo em livros corporativos, livros que possuem seu *copyright* no nome da empresa e não no dos autores. Tal medida facilita modificações na obra para que esta se adapte ao PNLD, e evita também possíveis problemas de direito autoral.

Devido a abusos cometidos por parte das editoras em suas estratégias de divulgação, o MEC instituiu a Portaria 2.963, em 29/08/2005, com normas a serem cumpridas para que as editoras possam participar do processo de seleção do programa de livros didáticos. Como muitas práticas permaneceram, em 5 de abril de 2007 a Portaria foi substituída pela Portaria Normativa nº 7 com norma mais rígidas, incluindo multas e suspensão de contrato com a editora que violasse as regras. Com a Portaria Normativa nº 7, ficaram proibidas as palestras de autores dos livros que estivessem no guia do PNLD, e também as visitas dos divulgadores nas escolas públicas para a entrega dos livros (os livros devem ser enviados pelos Correios).

O intuito do governo foi proteger os profissionais da rede pública frente às estratégias das editoras. No entanto, com a comercialização de novos produtos como os *sistemas de ensino* e os núcleos de capacitação para professores, as ações têm se diversificado e se tornando cada vez mais intensas, sobretudo na rede pública de ensino.

5.2 Os sistemas de ensino e a rede pública

A partir de 2006, diferentes escolas da rede pública passaram a adotar os *sistemas de ensino*, o que gerou uma grande discussão sobre a eficiência do sistema como método de ensino. Para alguns especialistas o fato de o sistema apostilado ser organizado para que os professores realizem determinadas atividades traz uma perda na medida em que engessa o processo de pensamento e desenvolvimento das atividades em sala de aula.

Outra crítica feita a esse material se deve ao fato de este não passar por nenhum tipo de avaliação do governo, diferente do que ocorre com os livros didáticos fornecidos pelo MEC. Vale destacar que a aquisição do sistema de ensino não é ilegal porque os municípios têm autonomia na gestão e na metodologia de ensino.

São muitas as editoras que também entraram na concorrência, como a Editora Moderna com o sistema UNO; a Editora Positivo com seus dois sistemas de ensino: o Sistema Positivo de Ensino (SPE – voltado às escolas particulares) e o Sistema Aprende Brasil (SABE – direcionado às escolas da rede pública); a Editora FTD com o Sistema FTD de Ensino; além das empresas tradicionais no setor como Anglo, Objetivo e COC. As investidas das empresas que produzem os sistemas de ensino são evidentes na rede pública, já que a capacidade de expansão na rede particular está quase esgotada.

No entanto, as duras análises quase sempre apontam desvantagens para esse sistema, como, por exemplo, interferir na autonomia do professor, pois as negociações são feitas de modo centralizado pelas prefeituras, além de haver possibilidade de duplicidade de investimentos de recursos, o que implicaria em livros didáticos novos guardados sem perspectiva de uso. Além disso, se discute o excesso de destaque dado aos conteúdos conceituais e o prejuízo que isso pode ocasionar ao ensino.

Uma reportagem da *Revista Época* de 18 de outubro de 2010, intitulada *Livro ou apostila?*, chama a atenção para o grande número de cidades que adotaram os *sistemas de ensino* em sua rede pública neste ano. Só no estado de São Paulo foram 143 municípios, 22% do total, que optaram por sistemas de ensino oferecidos por empresas privadas. Uma recente pesquisa do Instituto Lemann, instituição que promove a excelência na educação, afirma que o número de cidades paulistas que adotaram os sistemas de ensino quase dobrou entre 2005 e 2008.

De acordo com a reportagem, ao dispensar o livro didático gratuito, a gestão municipal desembolsa cerca de R\$300 por aluno. A cidade campeã nacional no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), Cajuru, localizada no estado de São Paulo, usa sistemas de ensino. Além disso, a pesquisa do Instituto Lemann afirma que 25% a mais de crianças são levadas ao nível adequado de competência em matemática e leitura nas escolas municipais paulistas que usam o material alternativo.

Há também destaque para a não aceitação dos sistemas de ensino, evidenciando que uma corrente de educadores considera o material simplificador da realidade das salas de aula. Um argumento forte contra esse sistema é o de que ele não é utilizado em nenhum dos países com melhores resultados no ensino.

Na verdade, nem apostila nem livro didático por si só determinam se um aluno vai aprender mais ou menos. Muito se deve ao modo como a escola aproveita o aparato que vem agregado (material de apoio, assistência pedagógica). O destaque dos sistemas

de ensino se deve mais à organização e programação do ano letivo escolar do que ao seu conteúdo.

Um ponto positivo é a doação do material para os alunos. As apostilas são consumíveis, com isso as crianças não perdem tempo copiando matérias em seus cadernos, com isso sobram minutos fundamentais para prestar atenção no que o professor fala. Como afirma na reportagem a secretária de educação da cidade de Diadema, Lúcia Couto, “anotações no caderno geram perdas pedagógicas significativas, porque interferem na organização do tempo da aula”. Ainda na reportagem, professores dão depoimentos de que há maior visibilidade onde cada aluno vai mal, assim, o professor pode preparar exercícios e atividades extras para complementar a lição.

Os *sistemas de ensino*, de um modo geral, facilitam o funcionamento da escola fornecendo uma estrutura organizacional com atualizações periódicas, além de oferecer assistência e treinamento pedagógico. A escola economiza com a formação da equipe docente e com material pedagógico.

Cabe à escola optar por um ensino mais estruturado com as apostilas, ou por um ensino mais flexível com os livros didáticos, porém, o ensino de qualidade também demanda um planejamento maior por parte de professores e coordenadores das escolas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, os livros para jovens e crianças são entendidos como importantes instrumentos de formação intelectual e moral dos indivíduos, no entanto, as autoridades passaram a se preocupar com a formação dos jovens somente a partir do século XIX, quando os Estados nacionais já estavam formados, com o objetivo de divulgar a ideia de nacionalidade entre o povo.

A partir desse momento, a criança passou a exercer um novo papel na sociedade, apartada da vida adulta, evidenciando a necessidade de prepará-la para esta desenvolver suas capacidades de forma plena. O investimento gradual na educação no Brasil, principalmente após a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, possibilitou a expansão do ensino da rede pública, aumentando e desenvolvendo o mercado dos livros didáticos.

O Programa Nacional do Livro Didático surgiu com o intuito de corrigir todas as falhas dos programas de distribuição de livros didáticos anteriores. Os números que envolvem as compras dos livros pelo governo são grandiosos. Por isso, as editoras utilizam diversas estratégias para poder sempre contar com alguns de seus títulos na seleção do Programa Nacional do Livro Didático.

Seja no investimento pesado em estratégias de marketing, elaborando táticas de acesso aos professores da rede pública, seja na elaboração de palestras e serviços de atualização de docentes, é perceptível que as grandes editoras atuam de maneira tão direta que muitas vezes realizam ações que cabem ao Estado executar. Essa pode ser considerada uma atitude aceitável ética e moralmente? As grandes editoras podem investir pesado nestas atividades, as pequenas e médias editoras não, ficando as pequenas e médias em desvantagem no PNLD.

A análise do tema deixou claro que o mercado editorial depende muito das compras governamentais para seu desenvolvimento. Como as vendas por impulso são relativamente baixas, o programa de livros didáticos garante vendagem volumosa e cíclica, e possui um público certo, representando, assim, um grande negócio para as editoras. Mesmo com preços mais baixos do que os preços de capa dos livros, a venda ainda é vantajosa, pois as tiragens são altíssimas, possuem média de vinte mil exemplares.

Além disso, é importante ressaltar a mais nova medida das grandes editoras: colocar o *copyright* do livro no nome da editora. O objetivo é criar um vínculo entre o

professor e a marca da editora (como por exemplo, o Projeto Buriti da editora Moderna¹³), garantido assim a continuidade do projeto, pois todas as alterações necessárias para que tal livro seja adotado pelos programas governamentais poderão ser feitas sem maiores problemas com direito autoral.

Pode-se afirmar que a tendência do mercado de livros didáticos atual é que as grandes editoras invistam cada vez mais em infraestrutura e pessoal a fim de garantir um alto retorno com as compras governamentais. O problema da concentração das vendas em apenas algumas editoras está fadado a se perpetuar, na medida em que altos investimentos produzem altos retornos e, além disso, as editoras não querem abrir mão de um mercado tão certo. Portanto, seria válida uma ação do governo no sentido de equilibrar o mercado para que um grande número de editoras se beneficie dos programas governamentais de compras de livros.

E deve-se pensar ainda que além da questão do desequilíbrio do mercado, essa concentração pode afetar também a questão da diversidade daquilo que chega às nossas crianças. Com grande parte das compras concentrada em apenas cinco editoras, todas localizadas em São Paulo, os alunos estão fadados a entrar em contato apenas com a visão e linha editorial de cinco fontes de um único estado.

E é plausível que num país com grande número e diversidade de editoras, apenas essas cinco possam produzir produtos de qualidade? Claro que não, o que nivela as editoras não é a qualidade pedagógica e material dos livros e, sim, a capacidade logística de produção e distribuição. Por isso, não se pode continuar ignorando que o governo está alimentando a concentração do mercado de livros didáticos e, com isso, está prejudicando o equilíbrio desse mercado; afetando não só a economia, como também a diversidade de nossa educação pública.

¹³ Disponível em <<http://www.moderna.com.br/didaticos/ef1/buriti/>> Acesso em: 20/11/2010

Referências

AMORIM, Galeano (org.). *Retratos da leitura no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial/ Instituto Pró-livro, 2008.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1978.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *História, produção e memória do livro didático*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.3, set./dez. 2004.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. *O mercado do livro didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007)*. Tese de doutorado apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

CHOPPIN, Alain. *História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.3, p. 549-566, set./dez. 2004.

FEIJÓ, Mário. *Formar a pátria: os pioneiros e a nacionalização do livro escolar* –. Texto produzido para a aula de Seminário em Comunicação – Livro Didático da Escola de Comunicação/UFRJ 2006.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO LIVRO INFANTIL E JUVENIL. Em http://www.fnlij.org.br/principal.asp?cod_mat=2&cod_menu=101 acessado dia 28/10/2010

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

HÖFLING, Heloisa de Mattos. *Notas para discussão quanto à implementação de programas de governo: Em foco o Programa Nacional do Livro Didático*. Educ.

Soc. vol.21 n.70 Campinas Apr. 2000.Em:http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302000000100009&script=sci_arttext acessado em 9/11/2010

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.

PINTO, Ana Carla de Sousa Santos. *O Programa Nacional Biblioteca Escola (PNBE) e sua importância para as editoras*. Rio de Janeiro: Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Comunicação da UFRJ, 2008.

Sites:

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Programas livros didáticos. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/programas-livro-didatico>

FTD. Quem somos. Disponível em: <http://www.ftd.com.br/a-editora-ftd/D57/> Acessado em 23/11/2010.

MODERNA. Empresa. Disponível em: <http://www.moderna.com.br/moderna/empresa/br/> Acessado em 23/11/2010.

POSITIVO. Institucional. Disponível em: <http://www.editorapositivo.com.br/editora-positivo/institucional.html> acessado em 22/11/2010